



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA RECURSOS  
AMAZÔNICOS**



**IMPACTOS DO COOPERATIVISMO SOBRE O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL: O CASO DA COOPERATIVA COOMPRAB (RIO PRETO DA  
EVA / AMAZONAS)**

JOHNNY MARKOS GUEDES RAMOS

Itacoatiara - AM

2022

JOHNNY MARKOS GUEDES RAMOS

**IMPACTOS DO COOPERATIVISMO SOBRE O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL:  
O CASO DA COOPERATIVA COMPRAB (RIO PRETO DA EVA / AMAZONAS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos da Universidade Federal do Amazonas, como parte do requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências e Tecnologia para Recursos Amazonicos, área de concentração Desenvolvimento científico e tecnológico em recursos Amazônicos.

Orientadora: Profa. Dra. Francimara Souza da Costa

Itacoatiara - AM

2022

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R175i Ramos, Johnny Markos Guedes  
Impactos do cooperativismo sobre o desenvolvimento sustentável  
: o caso da cooperativa COOMPRAB (Rio Preto da Eva / Amazonas  
/ Johnny Markos Guedes Ramos . 2022  
74 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Francimara Souza da Costa  
Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia para Recursos  
Amazônicos) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Cooperativismo. 2. Amazonas. 3. Impacto. 4. Desenvolvimento.  
5. Indicadores. I. Costa, Francimara Souza da. II. Universidade  
Federal do Amazonas III. Título

JOHNNY MARKOS GUEDES RAMOS

**IMPACTOS DO COOPERATIVISMO SOBRE O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL: O CASO DA COOPERATIVA COMPRAB (RIO PRETO  
DA EVA / AMAZONAS)**

Dissertação de Mestrado submetida à comissão examinadora pelo Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos da Universidade Federal do Amazonas - UFAM em 20/06/2022, como requisito para obtenção do título de Mestre em Tecnologia de Recursos Amazônicos.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Dra. Francimara Souza da Costa Orientadora/Presidente**  
Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia para  
Recursos Amazônicos – PPGCTRA – UFAM

---

**Dr. Carlos Augusto da Silva - 1º Membro Titular**  
Centro de Ciências do Ambiente - Universidade Federal do  
Amazonas - UFAM

---

**Dr. Paulo Berti de Azevedo Barros - 2º Membro Titular**  
Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do  
Amazonas - UFAM

Itacoatiara - AM

2022

## **Agradecimentos**

- Agradeço primeiramente à Deus, a quem devo tudo que tenho e tudo que sou, fonte de tudo conhecido e desconhecido, sobre o qual deposito minha vida.

- Aos meus pais Raimundo e Lídia, exemplos de caráter, honestidade e união, vocês forjaram com muito amor o ser humano que me tornei e me ensinaram não os preços, mais os valores da vida.

- A minha esposa Juliana e a minha filha Isabela, que compreensivelmente aceitaram minhas horas reclusas e apoiaram com amor incondicional a realização deste sonho, mulheres a quem dedico minha devoção. Contornaram a distância física quando precisei me ausentar na cidade de Itacoatiara e nunca me deixaram esmorecer.

- A minha orientadora, a Dra Francimara Costa, de caráter forte e voz dócil, foi a pedra sobre a qual construí minha carreira como pesquisador, aceitou o desafio de me orientar nesta jornada, jornada que nunca teria conseguido concluir sem sua luz deste ser humano de inteligência singular a quem dedico a maior admiração.

- Aos professores e coordenadores do programa PPGCTRA e PPGCASA, que me receberam de braços abertos, um egresso de administração no ninho das ciências químicas e biológicas, e com muita paciência e entusiasmo ajudaram a construí as bases sólidas sobre a qual apoiei toda minha pesquisa.

- Agradeço também a todos os membros da banca examinadora, por terem aceitado o Convite e contribuírem com esse momento tão especial na minha vida.

Agradeço aos colegas de Mestrado, Doutorado, Pós-Graduação, Graduação, Familiares, amigos e colegas de trabalho que sempre apoiaram e se fizeram compreensivos ajudando a em todos os momentos.

Sem a contribuição de cada um de vocês aqui citados este sonho nunca se tornaria realidade, espero de todo coração que meu esforço e trabalho dignifique todo o apoio e confiança em mim depositada !!!!

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Rio Preto da Eva / AM .....	16
Figura 2: Localização do Ramal do Banco - Rio Preto da Eva / AM .....	16
Figura 3: Contratos estabelecidos em 2019 pelo programa PREME .....	40
Figura 4: Contratos estabelecidos em 2019 pelo Programa PNAE .....	40
Figura 5: Nível de escolaridade dos entrevistados .....	46
Figura 6: Local de atendimento de saúde .....	48
Figura 7: Tipo de tratamento médico .....	49
Figura 8: Atividades de entretenimento familiar .....	51
Figura 9: Tamanho da área cultivada .....	52
Figura 10: Forma de eliminação do lixo .....	54
Figura 11: Tratamento de água para consumo humano .....	55
Figura 12 - Fontes de renda cooperados .....	57
Figura 13 – Fontes de renda dos Não cooperado .....	57
Figura 14: Tipo de material de construção da residência .....	59
Figura 15: Acesso a serviços básicos .....	60
Figura 16: Todas as decisões da cooperativa são discutidas em assembleia ..	61
Figura 17 - Satisfação dos filiados à cooperativa .....	62
Figura 18 – Índice Geral de Sustentabilidade .....	64

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dimensões e variáveis componentes do IDSL.....	20
Quadro 2 – Princípios Cooperativistas .....	23
Quadro 3 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS .....	25

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantitativo de Cooperativas no Brasil .....	32
Tabela 2: Quantitativo de Membros das Cooperativas no Brasil .....	33
Tabela 3: Quantitativo de Empregados nas Cooperativas do Brasil .....	33
Tabela 4: Quantitativo de Membros das Cooperativas na Região Norte .....	34
Tabela 5: Composição de renda média por salários-mínimos .....	57
Tabela 6: Índice de Desenvolvimento Sustentável Local (IDSL) da Comunidade Nova Esperança .....	65

## RESUMO

Preocupações climáticas, econômicas e ambientais emergem diariamente em todos pontos do planeta, é uma preocupação legítimas, e seu enfrentamento estão diretamente ligados a capacidade de sobrevivência e perpetuação da espécie humana. Esta preocupação, que em alguns lugares trata-se de uma concepção filosófica, para os povos do Amazonas, inseridos no meio da maior floresta tropical do planeta, é uma questão nevrálgica, sentida no cotidiano destas populações, que enfrentam a dicotomia de viver o atraso no desenvolvimento mesmo residindo em uma das regiões mais ricas do país. Nesta perspectiva o objetivo deste estudo foi aprofundar a discussão sobre o uso do cooperativismo como uma ferramenta utilizada para organização social no sentido de criar condições mais competitivas em busca do desenvolvimento sustentável em uma comunidade rural do município de Rio Preto da Eva / Am. A comunidade foi utilizada como um ambiente controlado, onde sobre mesmas condições foram entrevistadas famílias cooperadas e não cooperadas. Os resultados analisados à luz das quatro dimensões de sustentabilidade, proporcionaram a identificação da influência do cooperativismo no desenvolvimento sustentável da comunidade, apresentando os pontos de maior significância e discutindo o papel desta forma de organização para o enfrentamento dos desafios e das oportunidades da região amazônica.

Palavras-Chave: Cooperativismo; Amazonas; Impacto; Desenvolvimento; Indicadores;

## **ABSTRACT**

Climatic, economic and environmental concerns emerge daily in all parts of the planet, it is a legitimate concern, and its confrontation is directly linked to the ability to survive and perpetuate the human species. This concern, which in some places is a philosophical concept, for the peoples of Amazonas, inserted in the middle of the largest tropical forest on the planet, is a neuralgic issue, felt in the daily lives of these populations, who face the dichotomy of living backwardness. in development even living in one of the richest regions of the country. In this perspective, the objective of this study was to deepen the discussion on the use of cooperativism as a tool used for social organization in order to create more competitive conditions in search of sustainable development in a rural community in the municipality of Rio Preto da Eva / Am. The community was used as a controlled environment, where cooperative and non-cooperated families were interviewed under the same conditions. The results analyzed in the light of the four dimensions of sustainability, provided the identification of the influence of cooperativism in the sustainable development of the community, presenting the most significant points and discussing the role of this form of organization to face the challenges and opportunities of the Amazon region.

Key words: Cooperativism; Amazon; Impact; Development; Indicators;

## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. OBJETIVOS.....	15
Objetivo geral.....	15
Objetivos específicos.....	15
3. METODOLOGIA.....	15
3.1. Caracterização da Área de Estudo.....	15
3.2. Coleta e Análise dos Dados.....	17
4.1.2 Cooperativismo no Brasil.....	28
4.1.3 O Cooperativismo no Amazonas.....	33
4.1.4 Entraves e potencialidades do cooperativismo no Amazonas.....	34
<b>4.2. OS IMPACTOS DA COOPERATIVA COMPRAB SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL (IDSL).....</b>	<b>43</b>
4.2.2.1 Dimensão social.....	45
4.2.2.2 Dimensão ambiental.....	51
4.2.2.3 Dimensão econômica.....	56
4.2.2.4 Dimensão institucional.....	61
4.2.2.5 Índice de Desenvolvimento Sustentável Local (IDSL).....	63
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>68</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU), visando propor ações que promovam a melhoria da qualidade de vida geral no planeta ao longo dos anos, estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Estes são eleitos como parâmetro balizador por governos, empresas e instituições, na busca de uma equidade de esforços para um resultado benéfico a todos. Os ODS visam melhorar a qualidade de vida humana em diversos aspectos, podendo-se destacar os esforços para eliminar a pobreza e melhorar a qualidade de vida das comunidades humanas ao redor do mundo.

Os países signatários da ONU reunidos em Nova York, em 2015, assumiram o compromisso com 17 ODS e 169 metas a serem atingidas até o ano de 2030, sendo constituídas por ações mundiais que abrangem as áreas sociais, ambientais, econômica e institucional.

Este esforço global de promover o desenvolvimento, orbita no contexto central de promover o acesso a alimentos e à redução da pobreza. Para tanto, foi construída uma agenda que dentre outros aspectos, promove a valorização dos pequenos agricultores e de suas práticas, consideradas ambientalmente menos impactantes (ITAMARATY, 2020).

O Brasil está figurando como a 9º maior economia do planeta (FMI, 2019), com um PIB anual de 7,3 trilhões (IBGE, 2020). A contribuição da agricultura neste cenário é de 21,4% (CEPEA, 2020), portanto, não podemos desconsiderar a relevância do setor primário na composição da renda da população brasileira.

Um caminho apontado por Meirelles (2007) para o fortalecimento da agricultura como instrumento de redução da pobreza é a organização dos agricultores, de forma a terem um maior poder de articulação e conseqüentemente uma maior efetividade na implementação de ações no setor primário. Dentre os instrumentos para essa organização, o cooperativismo já foi amplamente identificado como relevante mecanismo de organização econômica e garantia de competitividade no setor agrícola, contribuído para o êxito de projetos de desenvolvimento local (MARTINEZ, 2002).

Segundo Schneider (2010) as cooperativas, por suas características de valorização da individualidade do associado e da cultura local, exercem um

importante papel econômico e social em suas comunidades e respectivas regiões como geradoras de muitas oportunidades de trabalho e renda, como importantes instâncias de viabilização, especificamente dos micros e médios empreendimentos agropecuários, industriais e de serviços.

Historicamente as cooperativas surgiram e continuam surgindo em tempos de crise. Despontam como instituições sociais que permitem obter a realização econômica para seus associados, distribuindo renda, gerando benefícios sociais e no plano político, permitem ao associado espaços de participação e a assunção do protagonismo no processo decisório da atividade econômica e organizacional (SCHNEIDER, 2015). Há quem entenda que o cooperativismo pode ser considerado uma terceira via, entre o capitalismo e o socialismo, que pode levar à inclusão social, pois ao gerar empregos para a sociedade, as pessoas estão sendo incluídas no processo produtivo (REIS, 2018).

O cooperativismo é um dos relevantes mecanismos de distribuição da renda nos estados da região Sul e Sudeste (FABRIS, 2014). Como efeito de comparação, enquanto na região Norte temos 290.863 cooperados, na região Sudeste este número é de 5.457.398 e na região Sul, o número salta para 7.077.190 cooperados (OCB, 2019).

Em relação ao cooperativismo no Amazonas, dados da Junta Comercial apontam que as cooperativas agrícolas e extrativistas representam aproximadamente 40% do total de estabelecimentos registrados no Estado (JUCEA, 2019). Os membros destas organizações são agricultores que desempenham suas atividades de maneira artesanal ou semiartesanal, por motivos de limitações econômicas ou relacionados a aspectos culturais.

Nascimento (2016) evidencia o trabalho destes produtores como um fator de reserva cognitiva dos povos tradicionais, em cujo saber fazer reside técnicas milenares de cultivo da terra, modelado por uma rede de simbologia de vivências e de produção de saberes tradicionais que tem por base as relações de respeito e de afetividade com os elementos da natureza.

Partindo da observação da dificuldade de escoamento e comercialização da produção agrícola no Estado do Amazonas, as compras governamentais despontam como importante mecanismo de capitalização inicial destes produtores, para que uma vez capitalizados, tenham acesso a recursos técnicos

e a tecnologias mais elaboradas, adaptadas às suas realidades.

Uma das principais formas de acesso às compras governamentais de gêneros alimentícios oriundos do setor primário na atualidade é através das cooperativas produtivas, que a partir da organização de seus produtores, conseguem entregar volumes maiores de produtos, acessando mercados até outrora improváveis aos pequenos produtores.

Considerando a escassez de trabalhos acadêmicos explorando essa temática na região, bem como a limitação das políticas estatais ou institucionais de apoio à temática, este estudo pretende analisar os impactos do cooperativismo sobre o desenvolvimento sustentável local de agricultores familiares, a partir do caso da Cooperativa Mista de Produtores Rurais Nova Esperança, localizada no Ramal do Banco, município de Rio Preto da Eva, Estado do Amazonas.

O estudo parte da hipótese que o cooperativismo pode ser uma estratégia para alcançar os ODS a nível local. A partir de um conjunto de indicadores, a pesquisa estabelecerá dinâmicas de mensuração para que o fenômeno do cooperativismo possa ser analisado em uma conjuntura macro, inclusive em comparativo com outros agrupamentos comunitários do estado.

As organizações cooperativas agrícolas representam uma alternativa viável à agricultura familiar, como já foi evidenciado principalmente na região Sudeste e Sul do país, onde protagonizam o papel de aglutinador de desenvolvimento financeiro e social (FABRIS, 2014).

Estudos afirmam que cerca de um terço da produção mundial de alimentos é gerenciado pelas organizações cooperativas (FERREIRA, 2004). Na região Amazônica essa participação proporcional ainda não é uma realidade, embora seja crescente a participação das organizações cooperativas, principalmente nas compras institucionais de produtos destinados à merenda escolar do interior e da capital do estado.

Gerencialmente, existem diversos aspectos positivos nas organizações cooperativas, como sua capacidade de integração vertical, que promove a redução dos custos por meio do aumento do poder de barganha na aquisição dos insumos. Destaque-se também a economia de escala resultante do volume produzido, com um posicionamento de mercado mais consolidado e os ganhos de eficiência advindos da capacidade gerencial das cooperativas. No entanto, as

vantagens do sistema não se limitam a estas, uma vez que no atual cenário a cooperativa é uma instituição de gestão coletiva para o alcance de resultados individuais (FORGIARINI, 2018).

O cooperativismo agropecuário tem importante participação na economia brasileira, sendo responsável por quase 50% do PIB agrícola e envolvendo mais de 1 milhão de pessoas. Dentre todos os ramos de atuação do cooperativismo brasileiro, o agropecuário tem papel de destaque, com 1.597 instituições e 180,1 mil produtores cooperados. Estima-se ainda, segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que 48% de tudo que é produzido no campo brasileiro passa, de alguma forma, por uma cooperativa (MAPA, 2016).

Aferir de maneira mais ampla a situação do cooperativismo e seu impacto no desenvolvimento do estado do Amazonas enfrenta alguns obstáculos dentre os quais elevada complexidade dos processos regulatórios (JOSA, 2016) o que acentua a ausência de dados formais que respaldem os números. Uma das poucas fontes oficiais de informações localizadas foram no governo do estado, que gerencia as compras públicas de produtos agrícolas do estado.

No ano de 2019, dados internos da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas adquiriu R\$ 60.516.970,30 em produtos agrícolas no estado, dos quais R\$ 5.430.728,60 foram adquiridas diretamente de cooperativas, o que representa 9% (nove por cento) do volume negociado. internos da instituição.

O PIB Agrícola do Amazonas, apontado pelo IBGE em 2019 foi de R\$ 1,942 bilhões (VEIGA, 2020). Tendo em vista o volume negociado localmente pelas cooperativas agrícolas em comparativo com a média nacional temos uma grande fatia de mercado como potencial de crescimento.

Há necessidade de correlacionar se este crescimento de participação e volume produtivo acontece de forma sustentável, considerando-se também os componentes ambientais, sociais e institucionais, além dos fatores econômicos. Este estudo apresentará indicadores científicos para o embasamento de políticas públicas relacionadas ao cooperativismo e o funcionamento destas organizações de acordo com a realidade da região, considerando a possibilidade de ser uma importante ferramenta para o alcance dos ODS propostos pela ONU.

A Cooperativa Mista de Produtores Rurais Nova Esperança, instituição

utilizada como case neste estudo, explicita a transversalidade das relações, e encorpa as dificuldades das maiorias das organizações cooperativas do estado do Amazonas, portanto, ao estudá-la pretendemos averiguar de forma científica a relação entre o cooperativismo e o Desenvolvimento Sustentável no estado do Amazonas.

## **2. OBJETIVOS**

### **Objetivo geral**

Analisar os impactos do cooperativismo sobre o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Ramal do Banco (Rio Preto da Eva/AM), a partir do caso da Cooperativa Mista dos Produtores do Ramal do Banco e Água Branca - COOMPRAB.

### **Objetivos específicos**

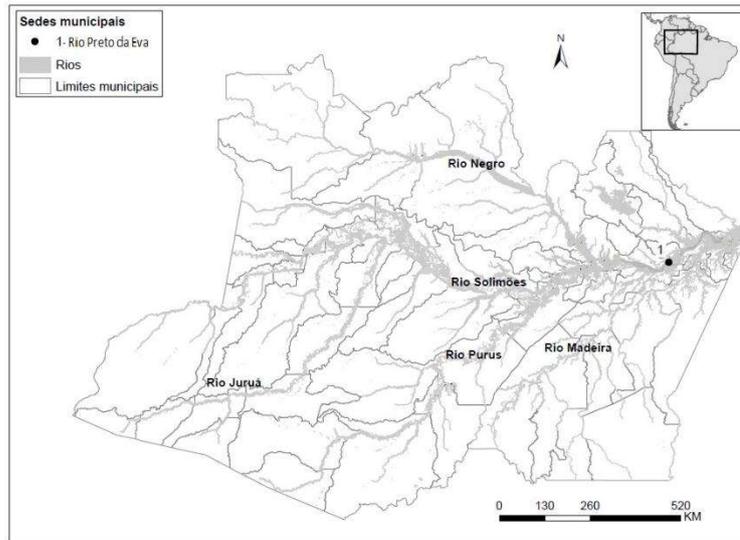
- i. Caracterizar o cenário do cooperativismo no Estado do Amazonas, destacando seus entraves e potencialidades
- ii. Avaliar os impactos da cooperativa COMPRAB sobre o desenvolvimento sustentável local (IDSL) da comunidade.

## **3. METODOLOGIA**

### **3.1. Caracterização da Área de Estudo**

Este estudo foi desenvolvido no estado do Amazonas, na zona rural do município de Rio Preto da Eva, em uma localidade conhecida na região como Ramal do Banco. A comunidade está localizada à margem esquerda do Km 126 da rodovia estadual AM-010, que liga a capital Manaus ao município de Itacoatiara (figura 1).

Figura 1: Localização do município de Rio Preto da Eva / AM



Fonte: CPRM (2004)

O município de Rio Preto da Eva localiza-se à Leste de Manaus, capital do Amazonas, distante 79 Km. Ocupa uma área de 5.815,622 Km<sup>2</sup>, representando 0,36% da área do Estado. Sua população é estimada em 32.577 habitantes (IBGE, 2018) e sua densidade demográfica é 4,42 hab/Km<sup>2</sup>.

O acesso ao Ramal do Banco é todo asfaltado, o que facilita o acesso e o escoamento da produção. A viagem de Manaus até a comunidade é realizada em aproximadamente 2 horas, sob condições normais de trafegabilidade (figura 2)

Figura 2: Localização do Ramal do Banco - Rio Preto da Eva / AM



FONTE: GOOGLE MAPS

O Ramal do Banco foi fundado no ano de 1992 por aproximadamente 20 famílias que se instalaram em uma área de mata original, acessada apenas por uma precária trilha na floresta. Uma mobilização dos moradores, em parceria com o poder municipal, estabeleceu as condições de acesso e povoamento necessárias à ocupação dos lotes e desde então, a comunidade só aumenta de tamanho.

Juridicamente, os moradores do ramal são representados por uma associação de moradores, a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Nova Esperança - ASPRONES, que conta atualmente com 220 famílias cadastradas. A partir dessa associação comunitária, os moradores conseguiram melhorias de infraestrutura no ramal e desenvolveram uma iniciativa que viabilizou a introdução do cultivo da banana em 2001. No entanto, a caracterização jurídica como associação sem fins lucrativos foi um empecilho ao acesso de mercados mais estruturados para comercialização da crescente produção.

Visando superar este entrave, parte dos produtores se organizaram e criaram a Cooperativa Mista dos Produtores do Ramal do Banco e Água Branca – COOMPRAW em 2010, unidade que congrega 76 cooperados. Assim, este estudo foi desenvolvido junto à COMPRAB, analisando os impactos da criação desta cooperativa para o desenvolvimento sustentável local.

A COOMPRAW está inscrita no CNPJ sob número 12.083.206/0001-01. Atende 59 (cinquenta e nove) moradores da comunidade Nova Esperança, no Município Rio Preto da Eva, e outros 17 (dezessete) membros residentes no entorno da zona rural de Manaus.

### **3.2. Coleta e Análise dos Dados**

A pesquisa sob o ponto de vista da sua natureza se enquadra em pesquisa básica. Objetiva gerar conhecimentos novos e úteis que embasarão o avanço da ciência. Envolve verdades e interesses universais, com relevâncias específicas (GERHARDT, 2009).

O procedimento para a coleta e análise de dados foi o Estudo de Caso, buscando a aplicação prática de conhecimentos para a solução de problemas sociais. Para tanto, foram seguidos os preceitos de Yin (2005), observando-se a descrição da realidade local, a partir de protocolos de planejamento, preparação,

coleta, análise e conclusão de dados.

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não intervém sobre o objeto a ser estudado, mas o revela tal como ele o percebe (PRODANOV, 2013).

A coleta de dados para essa pesquisa foi realizada a partir de fontes primárias e secundárias. Como fonte secundária, tem-se a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa (PRODANOV, 2013).

Foi utilizada também a pesquisa documental, que se baseia na análise de documentos de fontes oficiais (PRODANOV, 2013). Estão foram analisados documentos obtidos junto ao governo do Estado do Amazonas, Junta Comercial do Amazonas, Agência de desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas e Secretaria de Educação do estado do Amazonas.

Como fonte primária, os dados foram analisados a partir de um banco de construído no âmbito do Projeto “Cooperativismo como estratégia de inclusão socioeconômica e melhoria da qualidade de vida de comunidades rurais do Amazonas”, desenvolvido pelo Núcleo de Socioeconomia – NUSEC, da Faculdade de Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Amazonas. O projeto foi financiado pelo edital 007/2018 – CNPq/SESCOOP e teve autorização do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da UFAM sob o número CAAE 24335319.2.0000.5020.

O banco de dados foi construído a partir de uma pesquisa de campo, utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (PRODANOV, 2013). Neste tipo de pesquisa, observamos os fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente na coleta de dados a eles

referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes para analisá-los.

A coleta de dados ocorreu por meio da realização de entrevistas individuais com representantes da diretoria da cooperativa, membros e não cooperados do Ramal Banco, além de reunião com grupo focal constituído por cooperados e diretoria. A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas, mediante a conversação, obtenha informações a respeito de determinado assunto. É um procedimento utilizado na investigação social, para coleta de dados, ou para ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema social (LAKATOS, 2010).

O grupo focal é um instrumento de pesquisa muito utilizado nos trabalhos de abordagens qualitativas em pesquisa social. Permite ao pesquisador, compreender os processos de construção da realidade vivenciada por determinados grupos sociais, assim como compreender práticas cotidianas, atitudes e comportamentos prevaletentes no trabalho com alguns indivíduos que compartilham traços em comum, relevantes para o estudo e investigação do problema proposto (LOPES, 2014).

As entrevistas foram realizadas nas propriedades dos participantes com uso de um questionário semiestruturado para obter informações, relacionando o cooperativismo aos objetivos do ODS, dentre eles: emprego/trabalho digno, igualdade de gênero; Renda, crescimento econômico, redução da pobreza, fome zero; Redução das desigualdades; Saúde e bem-estar, fome zero e agricultura sustentável e Cooperativismo. A finalidade foi obter uma caracterização geral da situação da sustentabilidade ambiental, econômica e social dos membros da cooperativa e de outros moradores da comunidade não participantes.

Considerando que a cooperativa COMPRAB possui 59 cooperados no Ramal do Banco, foi utilizada uma amostra em 33% do número de agricultores cooperados. Buscando estabelecer uma paridade no quantitativo de produtores pesquisados para fins de comparação, foi entrevistada a mesma quantidade de produtores residentes no ramal que não possuem relação com a cooperativa (20 cooperados e 20 não cooperados).

Para a identificação dos impactos da cooperativa sobre o desenvolvimento sustentável local, foram utilizados os resultados das entrevistas considerando o perfil do (a) cooperado(a) e os indicadores do ODS. Os dados

foram analisados por meio de um indicador de sustentabilidade adaptado de Rabelo e Lima (2007), chamado aqui de Indicador de Desenvolvimento Sustentável Local – IDSL. Neste indicador foram avaliados os componentes subdivididos em 04 dimensões, respectivamente: econômico, ambiental, institucional e social, conforme apresenta o Quadro 2.

Quadro 1: Dimensões e variáveis componentes do IDSL.

ESCOPO			
SOCIAL	AMBIENTAL	ECONÔMICO	INSTITUCIONAL
CARACTERIZAÇÃO DO COOPERADO	CARACTERÍSTICA DO IMÓVEL	RENDA	GOVERNANÇA
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	REGULARIDADE DOCUMENTAL	HABITAÇÃO	ENGAJAMENTO
ACESSO À SAÚDE	QUALIDADE DA ÁGUA	CONSUMO	SATISFAÇÃO
QUALIDADE DE VIDA	SANEAMENTO BÁSICO	ACESSO À SERVIÇOS	PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES

Figura 5: Dimensões e escopos que compõem o IDSL  
 Fonte: Adaptado de Rabelo e Lima (2007)

Os indicadores de sustentabilidade diferenciam-se dos demais por exigirem uma visão de mundo integrada, necessitando relacionar para tanto, a economia, o meio ambiente e a sociedade de uma dada comunidade. Os resultados de cada variável apresentada na figura acima foram mensurados com valores entre 0 e 1 e analisados de forma conjunta de acordo com a equação abaixo (RABELO e LIMA, 2007):

$$Iw = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^m \left[ \frac{\sum_{i=1}^m E_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{\max i}} \right]$$

Sendo:

$I_w$  = Índice que comporão o índice de sustentabilidade: econômico, social, ambiental e institucional;

$E_{ij}$  = Score do  $i$ -ésimo indicador do  $I_w$  obtido no  $i$ -ésimo questionário;

$E_{max}$  Score máximo do  $i$ -ésimo indicador do  $I_w$ ;

$i = 1 \dots, m$  = número de indicadores;

$j = 1 \dots, n$  = número de questionários aplicados;

$w = 1 \dots, 4$  = número de indicadores que comporão o Índice de Sustentabilidade

Após o cálculo das quatro dimensões, o IDSL foi calculado a partir da equação:

$$IDSL = \frac{1}{k} \sum_{w=1}^k I_w$$

$IDSL$  = Índice de Sustentabilidade Local;

$I_w$  = Valor do  $w$ -ésimo índice,  $w = 1 \dots, k$

Quanto mais próximo de 1 o valor do IDSL, melhor é a contribuição do cooperativismo para o desenvolvimento das comunidades analisadas. A determinação do IDSL permitiu também identificar o grau de sustentabilidade da comunidade a partir da inserção dos agricultores familiares no sistema cooperativista.

A metodologia proposta por Rabelo e Lima (2007) estabelece um gradiente de classificação onde os níveis de sustentabilidade são evidenciados em uma escala progressiva que contempla o atributo de sustentabilidade crítica no pior cenário e à sustentabilidade excelente em um cenário ideal.

Sustentabilidade Excelente	$\therefore 1 \leq IDSL \leq 0,800$
Sustentabilidade Boa	$\therefore 0.799 \leq IDSL \leq 0,650$
Sustentabilidade Média	$\therefore 0.649 \leq IDSL \leq 0,500$
Sustentabilidade Ruim	$\therefore 0.499 \leq IDSL \leq 0,300$
Sustentabilidade Crítica	$\therefore 0.299 \leq IDSL \leq 0,000$

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1. O COOPERATIVISMO NO AMAZONAS: ENTRAVES E POTENCIALIDADES.**

#### **4.1.1 Cooperativismo e desenvolvimento sustentável**

O cooperativismo é um sistema que funciona sob a lógica de uma racionalidade contra hegemônica à racionalidade hegemônica capitalista, cujo objetivo é apresentar modelos alternativos de produção econômica e as formas de relações sociais que advêm dessa nova racionalidade produtiva, além de pensar em propiciar um ambiente sustentável do ponto de vista ambiental. (OLIVEIRA, 2010).

O surgimento do movimento cooperativista no mundo coincide historicamente com uma acentuada manifestação de contradições do sistema capitalista de produção (SILVA E SILVA 2020; BENECKE, 1980; BENEVIDES PINHO, 1982; SANTOS, 2004; ALTMAN, 2009). Em 1844, com a gênese da primeira cooperativa no mundo, um grupo de operários, indignado com as más situações vivenciadas no cotidiano de trabalho e as péssimas condições de sobrevivência de inúmeras famílias dos grandes centros urbanos, deixa claro, para os detentores de capital e os gestores públicos, que mudanças eram necessárias para reduzir os impactos gerados pela massificação da produção e do consumo (SILVA E SILVA, 2020; NORONHA et al., 1976; BENEVIDES PINHO, 1982; ABRANTES, 2004).

A partir dessa perspectiva, o cooperativismo tem sua base pautada na cooperação mútua, onde busca mitigar não somente as questões sociais, econômicas e ambientais de seus participantes diretos, mas possibilitar que os resultados advindos de suas ações sejam percebidos por toda a humanidade (SILVA e SILVA, 2020; BENECKE, 1980; ABRANTES, 2004).

Assim, buscando fortalecer o movimento e difundi-lo pelo restante do mundo, seus idealizadores formalizaram seus ideais formulando os princípios que rege o movimento cooperativista, surgindo assim, os Princípios do Cooperativismo (SILVA e SILVA, 2020). Foram 7 princípios elaborados a partir das vivências cooperativas através do movimento que ganhou o mundo (Quadro

2).

Quadro 2 – Princípios Cooperativistas

Princípios	Descritores
1. Adesão Voluntária e Livre	Cooperativas são abertas para todas as pessoas que queiram participar, que estejam alinhadas ao seu objetivo econômico e dispostas a assumir suas responsabilidades como membro. Não existe nenhuma discriminação por sexo, raça, classe, crença ou ideologia.
2. Gestão Democrática	Cooperativas são organizações democráticas controladas por todos os membros que participam ativamente na formulação de suas políticas e nas tomadas de decisão, e os representantes oficiais são eleitos por todo o grupo
3. Participação Econômica dos Membros	Em uma cooperativa os membros contribuem equitativamente para o capital da organização. Parte do montante é, normalmente, propriedade comum da cooperativa e os membros recebem remuneração limitada ao capital integralizado, quando há. Os excedentes da cooperativa podem ser destinados às seguintes finalidades: benefícios aos membros, apoio a outras atividades aprovadas pelos cooperados ou para o desenvolvimento da própria cooperativa. Tudo sempre decidido democraticamente
4. Autonomia e Independência	As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros, e nada deve mudar isso. Se uma cooperativa firmar acordos com outras organizações, públicas ou privadas, deve fazer em condições de assegurar o controle democrático pelos membros e a sua autonomia.
5. Educação, Formação e Informação	Ser cooperativista é se comprometer com o futuro dos cooperados, do movimento e das comunidades. As cooperativas promovem a educação e a formação para que seus membros e trabalhadores possam contribuir para o desenvolvimento dos negócios e, conseqüentemente, dos lugares onde estão presentes. Além disso, oferece informações para o público em geral, especialmente jovens, sobre a natureza e vantagens do cooperativismo.
6. Intercooperação	Cooperativismo é trabalhar em conjunto. É assim, atuando juntas, que as cooperativas dão mais força ao movimento e servem de forma mais eficaz aos cooperados. Seja unidas em estruturas locais, regionais, nacionais ou até mesmo internacionais, o objetivo é sempre se juntar em torno de um bem comum.
7. Interesse pela Comunidade	Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades é algo natural ao cooperativismo. As cooperativas fazem isso por meio de políticas aprovadas pelos membros.

Fonte: Silva e Silva (2020)

Segundo a descrição, os princípios cooperativistas representam os pressupostos do movimento (NORONHA et al., 1976; ABRANTES, 2004), concebidos a partir de interesses coletivos de grupos marginalizados no contexto da sociedade de mercado, com o intuito de solucionar as contradições e

injustiças sociais (BENECKE, 1980) evidentes em um sistema que tem como base o individualismo, a produção em massa, o consumismo exacerbado, a exploração de mão de obra, o uso indiscriminado da natureza e a reprodução do capital que se encontra nas mãos de pequenas parcelas da sociedade (SILVA e SILVA, 2020)

As cooperativas têm como base, portanto, a reunião de pessoas que buscam condições diferenciadas e benefícios comuns, guiadas por relações de coletividade e ajuda mútua, na busca pelo crescimento e desenvolvimento coletivo (MARTINS; PASSADOR, 2009), que criam uma atmosfera singular e propícia para o surgimento de ações que visam a promover desenvolvimento, contemplando as dimensões humana, econômica, social e ambiental (BIALOSKORSKI NETO; BALIEIRO, 2000).

A relevância de estudar o cooperativismo é, que podemos estar abrindo caminhos para dialogar com a demais áreas que estão intimamente ligadas, exemplo disso, são os ODS, que de acordo com o levantamento bibliográfico realizado para este estudo, poucos estudos foram encontrados que dialogam com essas duas temáticas.

Os ODS são pensados em um cenário onde as nações mundiais têm vivenciado problemas e contradições similares (BURALLI et al., 2018); “Questões que direta ou indiretamente afetam a saúde e a qualidade de vida da nossa população” (BURALLI et al., 2018, p. 1). Neste contexto, pensar a solução de uma série de problemas e conflitos vivenciados por diferentes nações ao redor do mundo, teria levado líderes mundiais a refletir coletivamente acerca de demandas sociais, econômicas, políticas e ambientais. Este movimento representa a preocupação de todos com o futuro do planeta e, conseqüentemente, com o futuro das próximas gerações. (SILVA e SILVA, 2020)

O resultado deste processo foi à delimitação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODSs –, atrelados à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, pela cúpula da ONU em setembro de 2015, sendo inseridos, de fato, nos debates e ações dos países a partir de janeiro de 2016 (ONU, 2018).

Quadro 3 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

N.	Objetivos	Metas
1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	Sem Pobreza: o crescimento econômico deve ser inclusivo para fornecer empregos sustentáveis e promover a igualdade
2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	Fome Zero: o setor de alimentos e agricultura oferece soluções fundamentais para o desenvolvimento e é central para a erradicação da fome e da pobreza.
3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	Boa Saúde e Bem-Estar: garantir vidas saudáveis e promover o bem-estar de todos em todas as idades é essencial para o desenvolvimento sustentável.
4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	Educação de Qualidade: a obtenção de uma educação de qualidade é a base para melhorar a vida das pessoas e o desenvolvimento sustentável.
5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	Igualdade de Gênero: a igualdade de gênero não é apenas um direito humano fundamental, mas um fundamento necessário para um mundo pacífico, próspero e sustentável.
6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos	Água Limpa e Saneamento: Água limpa e acessível para todos é uma parte essencial do mundo em que queremos viver
7	Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia	Energia Acessível e Limpa: a energia é fundamental para quase todos os grandes desafios e oportunidades.
8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	Trabalho Decente e Crescimento Econômico: o crescimento econômico sustentável exigirá que as sociedades criem condições que permitam que as pessoas tenham empregos de qualidade.
9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	Indústria, Inovação e Infraestrutura: investimentos em infraestrutura são cruciais para alcançar o desenvolvimento sustentável.
10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	Desigualdades Reduzidas: Para reduzir as desigualdades as políticas devem ser universais em princípio, prestando atenção às necessidades das populações desfavorecidas e marginalizadas.
11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	Cidades e Comunidades Sustentáveis: é preciso haver um futuro em que as cidades ofereçam oportunidades para todos, com acesso a serviços básicos, energia, moradia, transporte e muito mais.
12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	Produção e Consumo Responsáveis: produção Responsável e Consumo.
13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos	Ação Climática: a mudança climática é um desafio global que afeta a todos, em todos os lugares.
14	Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	Vida Abaixo da Água: o gerenciamento cuidadoso desse recurso global essencial é uma característica fundamental de um futuro sustentável.

15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	Vida na Terra: gerir florestas de forma sustentável, combater a desertificação, travar e reverter a degradação do solo, travar a perda de biodiversidade
16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	Paz, Justiça e Instituições Fortes: acesso à justiça para todos e construção de instituições eficazes e responsáveis em todos os níveis
17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	Parcerias para os Objetivos: revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Silva e Silva, 2020

Diferentemente dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODMs –, os ODS buscam ampliar o foco de aplicação e o potencial de erradicação da pobreza no mundo (MARTÍN et al., 2020), exigindo de gestores públicos, nas esferas municipal, estadual e federal, em todos os países, uma postura proativa no planejamento e na aplicação de estratégias que garantam a sustentabilidade social, econômica e ambiental do planeta; medidas que promovam o alinhamento entre os propósitos de crescimento econômico e o respeito ao homem e à natureza (ONU, 2018).

Nesse contexto, as cooperativas podem ser entendidas como mecanismos centrais no processo de consecução dos ODSs, seja assumindo práticas e ações que levem aos mesmos, ou ainda na conscientização da população sobre a importância de mudanças de hábitos e comportamentos para que tais propósitos se tornem efetivos no prazo estabelecido, principalmente em virtude de que “o cooperativismo pode ser considerado como instrumento econômico e social, [...], haja vista seu potencial emancipatório, pois serve como instrumento de inclusão, de resgate da cidadania e, portanto, de desenvolvimento” (ANNIBELLI, 2008 Apud SILVA e SILVA, 2020).

Diante dessa discussão, pode -se notar que o cooperativismo é uma ferramenta estratégica de promoção dos ODS, pois através das ações cooperativistas são cumpridos alguns Objetivos. Nas ações da Coomprab é possível perceber a resposta a algumas metas dos ODS, a exemplo disso é a gestão democrática que atende diretamente o ODS Nº 5 que tratar em alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, no processo

de gestão democrática todos são ouvidos e tratados de forma igualitária independente do gênero.

Correlacionando a atividades da Cooperativa com os ODS, a participação econômica entre os membros atende diretamente o ODS N° 8 que é promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Atendendo indiretamente os ODS 1,2 e 3, que a partir do empoderamento econômico, combate a pobreza e fome, além de assegurar uma vida saudável.

Outra atividade desenvolvida pela cooperativa está relacionada com Educação, Formação e Informação, atende o ODS N° 4 que é assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, essa atividade é de suma importância para cooperados, proporcionando oportunidades e crescimento.

Diante de toda essa contextualização, é relevante trazer para o debate que a cooperativa não é uma 3° via para o desenvolvimento, e sim a via principal para autonomia econômica, social e ambiental, através dela é possível alcançar outros patamares, promover qualidade de vida, educação, mitigação de questões sociais graves e acima de tudo proporcionar um ambiente sustentável, sem a visão capitalista de exaurir os recursos naturais de forma desregada.

Dentro desse debate cabe ressaltar a questão do território chamado Amazônia, dialogando com a perspectiva da sustentabilidade, território e cooperativismo. A região amazônica sempre foi o centro de preocupações estratégicas de repercussão proporcional a sua grandeza e majestade, estas motivada por questões diversas que historicamente transpassaram desde os aspectos de ocupação territorial em tempos coloniais, salvaguarda do território e consolidação da soberania, até preocupações com o grau de influência nas questões climáticas globais na atualidade, problemas complexos que se interacionam com diversos aspectos sociais, econômicos e ambientais.

A proposição de soluções que contemplem no mínimo os três aspectos mencionados, como o tripé da sustentabilidade, aparentemente requer uma complexa conjuntura de ações para a obtenção de resultados satisfatórios.

Ao pensar em sua utilização de forma a proporcionar a obtenção de recursos que garantam a sobrevivência de suas populações o primeiro aspecto é o territorial, embora este originalmente seja recoberto de uma exuberância

biótica, assentasse em sua maioria sobre solos com elevada acidez e com severas deficiências nutricionais, de modo que sua cobertura é mantida respeitando complexo ciclo de nutrientes em correlação com o ciclo hidrológico encontrado na região, que garante a manutenção das fontes primárias e conseqüentemente toda cadeia biológica. O ciclo uma vez interrompido, necessita de um mecanismo suplementar que ainda não se possui tecnologia desenvolvida na atualidade.

No aspecto do desenvolvimento social, sua ocupação enfrenta o choque cultural que mescla origens e tradições de culturas tradicionais, com resquícios do pensamento europeu do campesinato herdado das missões religiosas que primeiro desbravaram estas terras, respondendo a um imperativo atual de marcado orientado ao capital que não respeita nenhuma

Os entraves apontados ocasionam invariavelmente a migração das populações mais jovens para os centros urbanos e conseqüente esvaziamento de mão de obra jovem no campo, que precisam equipamentos públicos que garantam a qualidade de vida além de oportunidades para geração de renda e reprodução social.

Precisasse, portanto, pensar em um meio termo, um modelo de equilíbrio entre o modelo de produção em larga escala que viabilize economicamente a atividade agrícola a uma sistemática co-produtiva que envolva pequenos produtores, com o uso de tecnologia visando a maior produtividade da pequena propriedade, o paradoxo é que o desenvolvimento desta sistemática requer investimento de capital não disponível pelo pequeno produtor.

Um caminho apontado é o uso da metodologia cooperativa no sentido de agregação de recursos visando o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que proporcionem a produção de forma sustentável na região amazônica.

#### **4.1.2 Cooperativismo no Brasil**

A constituição brasileira de 1988 reconheceu o cooperativismo, bem como os princípios que o regem, como mecanismo para redução das desigualdades socioeconômicas do país. No entendimento de Ricciardi (2000), este processo social é fundamentado na participação democrática, solidariedade, independência e autonomia, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar comum aos participantes.

No cenário mundial, onde novas formas organizativas despontam diariamente nos mais diversos seguimentos, com as mais diversas finalidades e dos mais diferentes tamanhos, uma premissa moderna surgida nos anos 2000 nos Estados Unidos preconiza que a organização colaborativa é uma força social poderosa e duradoura independente do contexto no qual for utilizada (CORREIA, 2018).

Neste contexto, percebemos muito presente os fundamentos do cooperativismo, evidenciando que os valores universais de união de pessoas em busca da prosperidade do coletivo e não da individualidade, são um relevante catalizador na direção do desenvolvimento com justiça e prosperidade dos participantes.

Para Schneider (1991), o cooperativismo se desenvolve independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade, com crença em valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante.

A cooperação está no fundamento de unir-se a outras pessoas para enfrentar situações adversas, transformando-as em oportunidade e bem-estar econômico e social. Os indivíduos se reúnem em torno de ações para constituição de um empreendimento em que todos os direitos são iguais e o resultado alcançado é dividido entre os participantes na proporção da contribuição de cada membro no negócio (CARMO, 2020).

Em uma organização cooperativa o sócio é um indivíduo, produtor de qualquer categoria ou atividade econômica que ao se associar a uma cooperativa exerce a atividade em comunhão na produção de bens e serviços de consumo e/ou duráveis com ganhos em escala em todas as etapas do processo produtivo.

A gestão dos empreendimentos cooperativos geralmente segue os sete princípios do cooperativismo, aprovados na fundação da Rochdale Society of Equitable Pioneers (Sociedade Rochdale dos Pioneiros Equitativos), primeira cooperativa do mundo, fundada em 21/12/1844, na cidade de Rochdale - Inglaterra. Remontam desta época os princípios cooperativistas originais, que são: a adesão voluntária e livre; a gestão democrática; a participação econômica dos membros; a autonomia e independência; a educação, formação e informação; a intercooperação e o interesse pela comunidade

(BÜTTENBENDER, 2011).

Pelo menos 12% das pessoas na Terra são cooperadoras de qualquer uma das 3 milhões de cooperativas existentes. As cooperativas fornecem empregos ou oportunidades de trabalho a 10% da população empregada, e as trezentas maiores cooperativas geram US \$ 2.034,98 bilhões em faturamento, enquanto fornecem os serviços e infraestrutura que a sociedade precisa para prosperar (ICA, 2019). No Brasil, existem mais de 6.600 cooperativas, nos mais diferentes setores da economia, com mais de 13 milhões de cooperados e 350 mil funcionários (NOBILE, 2017).

É interessante iniciar essa seção ressaltando que existe uma escassez de trabalhos científicos que estudem a tema do cooperativismo no Amazonas, sabemos que existem muitas experiências exitosas de cooperativa de sucesso no Estado, no entanto, poucas são popularizadas através de trabalhos científicos. Este estudo irá contribuir de forma significativa para a popularização do cooperativismo no âmbito acadêmico, pois o entendimento do movimento cooperativismo é suma importância para o desenvolvimento sustentável no Estado.

O cooperativismo, inicialmente um movimento isolado, passou progressivamente a ser tratado como política de governo, tanto que atualmente está intimamente ligada a agendas globais de desenvolvimento como a agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ICA, 2019).

Pode-se perceber que no aspecto financeiro e econômico, o setor desfruta de condições para implementar ações concretas no sentido de colaborar com a melhoria da qualidade de vida dos cooperados. As cooperativas movimentam aproximadamente 5% do Produto Interno Bruto do Brasil. Embora já muito relevante, apresenta expectativas de chegar a 15% do PIB, igualando-se desta forma a países como a Alemanha (FORESTI, 2019). No entanto, há necessidade de um maior engajamento das lideranças destes estabelecimentos para que estes resultados se reflitam também em benefícios sociais e ambientais, prorrogando os benefícios gerados a longo prazo.

Especificamente as cooperativas agropecuárias representam um importante espaço no cooperativismo brasileiro. No agronegócio, ocupam uma posição de destaque em termos de volume comercializado, de associados, de exportação de commodities ou produtos industrializados e de empregos gerados

(OCB, 2019).

Entretanto, o desempenho das cooperativas não é uniforme em todo o território nacional. Em se tratando de Região Norte, o avanço do cooperativismo é dificultado por aspectos regionais particulares, tais como resistência cultural das populações tradicionais, amplitude geográfica, precariedade de infraestrutura de comunicação e eletricidade, falta de acesso à informação, e ainda por obstáculos burocráticos e legais (MATOS, 2007).

A tabela 1 demonstra a distribuição de cooperativas no Brasil no ano de 2019, segundo a Organização das Cooperativas do Brasil – entidade representativa das organizações cooperativas.

Tabela 1: Quantitativo de Cooperativas no Brasil

Região	Cooperativas	%
Centro-Oeste	865	13%
Nordeste	1.364	20%
Norte	1.251	18%
Sudeste	2.438	36%
Sul	910	13%
Total	6.828	

Fonte: OCB (2019)

Percebe-se que o número de cooperativas na região Norte é superior ao número encontrado na região Sul do país, no entanto, deve-se considerar que só o estado do Pará possui 541 cooperativas, o que representa 43% do total da região Norte. Além disso, a expressiva quantidade de cooperativas na região Norte não se reflete no quantitativo de pessoas empregadas nos empreendimentos.

As tabelas 2 e 3 demonstram que embora exista um esforço de lideranças locais e mesmo da conjuntura política para ampliar o número de cooperativas na região Norte, estas não conseguem aglutinar um número proporcional de associados e trabalhadores como encontrado em outras regiões do país.

Tabela 2: Quantitativo de Membros das Cooperativas no Brasil

Região	Membros	%
Centro-Oeste	1.213.233	8%
Nordeste	580.036	4%
Norte	290.863	2%
Sudeste	5.457.398	37%
Sul	7.077.190	48%
Total	14.618.720	

Fonte: OCB (2019)

Tabela 3: Quantitativo de Empregados nas Cooperativas do Brasil

Região	Membros	%
Centro-Oeste	31.204	7%
Nordeste	26.803	6%
Norte	11.617	3%
Sudeste	129.280	30%
Sul	226.414	53%
Total	425.318	

Fonte: OCB (2019)

Observando-se os dados da tabela 4, que demonstra a distribuição quantitativa de Membros das Cooperativas na Região Norte, é possível verificar que dentre os Estados da região, o número de membros cooperados no Amazonas apresenta pouca representatividade no contexto geral, o que pode significar baixa adesão do Estado a esse sistema.

Tabela 4: Quantitativo de Membros das Cooperativas na Região Norte

Estado	Membros	%
Acre	10.444	3.6 %
Amazonas	10.320	3.5 %
Amapá	9.339	3.2 %
Pará	95.867	33.0 %
Rondônia	132.018	45.4 %
Roraima	4.869	1.7 %
Tocantins	28.006	9.6 %
<b>Total</b>	<b>290.863</b>	

Fonte: OCB (2019)

#### 4.1.3 O Cooperativismo no Amazonas

No estado do Amazonas, 464 (quatrocentos e sessenta e quatro) cooperativas foram registradas na junta comercial até Maio de 2022, o que corresponde a 6% do universo de cooperativas registradas nacionalmente. Destas, 182 (cento e oitenta e duas) estão ligadas a atividades desenvolvidas no setor agrícola e extrativista. Do total de cooperativas do estado do Amazonas, 12% estão registradas com sede na capital Manaus e as outras 88% têm suas sedes registradas no interior do estado, o que indica que o cooperativismo pode ser um importante mecanismo de comercialização nos municípios do interior, notadamente nas atividades ligadas ao setor primário.

Aprofundamentos se fazem necessários para entender quais estratégias podem ser melhor empregadas para fortalecer o cooperativismo na região, uma vez que está demonstrado que apenas favorecer a abertura de novas cooperativas não tem conseguido atrair associados, favorecendo apenas uma pulverização e competição desnecessária.

Para entender um pouco mais desta realidade, podemos recorrer ao livro comemorativo lançado pelo sistema OCB em comemoração de seus 40 anos de implementação no Brasil. A publicação é um compendio de 366 cases que vem contribuindo com o desenvolvimento econômico no país, as histórias contadas na obra são divididas por regiões, portanto: No Norte, há 36 cooperativas de sucesso; Centro-Oeste: 84; Sudeste: 89; Nordeste: 72; Sul: 85.

No Amazonas, o livro relata 12 cases bem-sucedidos no estado, dos quais 10 cases estão ligadas ao agronegócio e extrativismo, estando apenas um ligado ao setor de serviços médicos e outro ao turismo, especificamente a produção artesanal indígena. Vale ressaltar que das 12 instituições destacadas, apenas uma está na capital, sendo as demais todas no interior do estado.

Fenômeno interessante principalmente no aspecto de pulverização de iniciativas econômicas, que deixam de estar concentradas na capital Manaus.

Outro aspecto são os critérios de criação destes estabelecimentos produtivos, via de regra são uma evolução conceitual da gestão, que percebem as vantagens em unir esforços para reduzir gastos e ganhar escala, acontece com grupo de coletores, produtores, piscicultores, médicos dentre outros.

Este movimento começa a ganhar força na medida que vão sendo convertidos em resultados positivos, servindo de exemplo e inspiração, atuando como verdadeiros pioneiros.

#### **4.1.4 Entraves e potencialidades do cooperativismo no Amazonas**

Para entender o cenário atual do cooperativismo na Amazônia precisamos recorrer ao componente histórico que foi determinante neste contexto, iniciando em meados de 1876, quando o botânico inglês Henry Wickham, contrabandeia 70 mil sementes de seringueira nativa da Amazônia para o Jardim botânico de Londres, destas sementes aproximadamente 2.700 germinam com sucesso e são plantadas para aclimação em colônias inglesas da Índia e Malásia, configurando desta forma o maior golpe de biopirataria da história.

Quatro décadas depois, esse furto premeditado põe fim ao período áureo da borracha, caracterizado pela prosperidade econômica e financeira na região amazônica. Vastas plantações ordeiras e homogêneas proporcionam a produção de látex em escala industrial com alta qualidade, transformando a partir de 1914, os seringais nativos da Amazônia em verdadeiras relíquias falidas, quase instantaneamente. Em 1905, a região produzia 99,7% da borracha comercializada no mundo; em 1914, a cifra caía para 39%, chegando a apenas 6,9% em 1922 (Drumond, 2009). A queda produtiva ocasionou instantaneamente a queda de arrecadação, deixando o estado às margens do colapso, foi o governador Ephigênio Sales que em articulação com o consulado japonês atendendo a uma demanda do império japonês, que recém saía de uma grande

vitória sobre a China, procurava regiões para implantar colônias de produção que viessem a fornecer no futuro alimentos ao oriente. A junção dessas duas necessidades, aproximou os dois governos e culminou em um acordo para implementação de uma colônia agrícola japonesa nos arredores de Parintins.

Estes imigrantes japoneses criaram em Parintins a primeira cooperativa agrícola do estado, a Cooperativa criada na década de 1930, teve suas atividades iniciais ligadas a produção de Juta, Guaraná, hortaliças e aves. Este processo foi facilitado devido a grande maioria dos seus associados terem formação técnica em agronomia, neste processo foram apresentados aos princípios cooperativistas, e mesmo culturalmente no Japão o trabalho associativo é muito recorrente.

O sucesso agrícola da colônia japonesa foi um dos grandes influenciadores, para criação de diversas cooperativas em todo o estado, algumas vezes ocorriam incentivadas pelo poder público e em outras de forma voluntaria por seus próprios membros.

O aspecto primário de surgimento das primeiras cooperativas como demonstrado, está mais ligado a criação de uma estratégia de sobrevivência para o enfrentamento de uma condição econômica adversa enfrentada na região, do que a uma evolução natural do processo de solidariedade fraterna característica nos princípios norteadores do cooperativismo.

Este aspecto cultural que requer uma doação fraterna de recursos, dedicação, participação, colaboração, comprometimento e empenho de esforços para um bem comum, não foi muito bem assimilado pela cultura local. O que constitui uma barreira primaria ao alcance total da potencialidade do modelo.

O aspecto da escolaridade dos membros envolvidos tanto na participação, como principalmente na gestão dos empreendimentos cooperativos na região é outro aspecto que dificulta a sua operacionalização, tanto na medida que membros não conseguem participar de maneira satisfatória e não sabem exatamente seus direitos e deveres, quanto dirigentes que estrategicamente tomam decisões erradas perdendo oportunidades, que efetivamente nunca conseguirão ser revertidas em vantagens para seus cooperados.

A utilização das organizações cooperativas como empreendimentos particulares para viabilização de projetos pessoais, a utilização dos empreendimentos como estratégia de sonegação fiscal e redução de direitos

trabalhistas, são outras faces presentes na realidade amazônica, que desfavorecem muito o modelo, comprometendo seus resultados e mais ainda sua reputação e credibilidade.

Todavia nem só de notícias negativas vive o cooperativismo na região, a utilização do *modus operandi* de operações cooperativas vem sendo empregado na região com bastante êxito, em diversos seguimentos, podemos destacar o grupo de autopeças Somaza que se organizou em cooperativa de compra e estão conseguindo vencer o grande entrave do custo logístico na aquisição de produtos. Utilizando metodologia semelhante temos empresas de materiais de construção que se organizaram como cooperativa de compras para conseguirem melhores preços devido a compra em uma escala maior.

Os dois casos citados demonstram que quando há a cooperação das partes o resultado dos esforços pode ser potencializado para os participantes, no entanto precisamos considerar a necessidade de uma maior organização e controle, aspecto comumente negligenciado tanto por agricultores como empresários. Neste caso o mesmo aspecto que se torna uma vantagem competitiva pode ser convertido em grande dor de cabeça tanto no aspecto tributário dentre outros.

A agricultura familiar poderia utilizar estes aprendizados para se colocar de maneira mais competitiva frente a atual conjuntura de mercado, que mesmo o setor agrícola precisa de adequar, como a migração do modelo centrado no valor da terra para a ênfase maior no capital, tão necessário para a adoção de investimento em pacotes tecnológicos.

Neste contexto vivenciamos a tendência de separar a propriedade da terra de seu uso, isso implica diversos desdobramentos, como o estrangulamento do amadorismo do passado e, exigência cada vez maior da profissionalização do empreendedorismo, este aumento da pressão se faz sentir com maior intensidade na vasta maioria de pequenos produtores rurais.

Mesmo o fornecimento para compras institucionais, garantido constitucionalmente e apontado como alternativa para o pequeno produtor, torna-se cada vez mais exigente de aspectos produtivos e de qualidade.

Estudos indicam a existência de diferentes estratégias sociais e econômicas utilizadas pelas famílias camponesas para viabilizar sua reprodução social e manutenção econômica nas sociedades contemporâneas (MARSDEN

et al, 1992). Dentre elas, as organizações associativas proporcionam um impacto positivo na agricultura familiar, na medida que estabelecem maior acesso aos mercados, proporcionando um incremento de renda às famílias. Esta renda mitiga a pobreza, transforma o consumo e aumenta a segurança alimentar, porque atua na pobreza em nível domiciliar, ajudando assim a amenizar os resultados adversos entre membros de uma mesma família.

No entanto, as famílias que não se enquadram nos parâmetros dos grupos associativos buscam outras estratégias de reprodução social, muitas vezes recorrendo a fontes alternativas de renda, como vendas da força de trabalho através da prestação de serviços, o comércio em geral ou mesmo o uso de benefícios sociais para complementação do montante financeiro aglutinado pelo núcleo familiar mensalmente.

A importância das atividades e rendas não agrícolas na formação da renda familiar dos camponeses foi previamente discutida nos estudos de Seyferth (1987), sendo a principal referência quando relata que no período pós-guerra, enquanto os países enfrentavam a estagnação econômica, as famílias agrícolas passaram a recorrer ao emprego em unidades fabris como segunda atividade, com o objetivo de complementar a renda e garantir a sobrevivência do núcleo familiar. Foi, portanto, um mecanismo importante para que as famílias não abandonassem completamente a atividade agrícola, que sofria de forma mais acentuada as problemáticas sociais decorrentes de um período de instabilidade política e econômica.

O conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas que constitui a renda das famílias camponesas é denominado de pluriatividade (SCHNEIDER, 2015) ou multifuncionalidade (PEREIRA, 2015). No cenário brasileiro, a expansão da pluriatividade está relacionada à descentralização industrial, que decorre principalmente da flexibilização dos processos produtivos e da diversificação crescente das economias locais. O deslocamento das empresas para os espaços rurais e periurbanos deve-se a vários fatores, em geral associados à procura por força de trabalho mais barata e proximidade de fontes de matéria-prima (SCHNEIDER, 2003).

O conceito de pluriatividade na agricultura se refere a um conjunto heterogêneo e diversificado de situações, em que os membros de famílias de agricultores buscam atividades não agrícolas como ocupação,

independentemente de ser uma renda principal ou complementar, acessando desta forma um maior nível de renda (SCHNEIDER, 2003). Uma das críticas feitas ao sistema pluriativo de desenvolvimento foi seu caráter homogeneizante, afirmando que pouco se considerou as especificidades das regiões rurais, excluindo diversos tipos de produtores e regiões do país.

Contudo, essa mesma crítica poderia ainda ser aplicada, em certa medida, às políticas públicas atualmente aplicadas ao meio rural, à medida que estas têm um caráter essencialmente agrícola, deixando, portanto, de considerar que o rural não é mais um espaço somente agrícola, mas também um espaço onde cada vez mais se processam dinâmicas que vão para além da produção agropecuária.

Esta análise considera que estaríamos presenciando um processo de mudança no perfil sociotécnico do meio rural, fruto da diversificação das atividades econômicas e que isso estaria concorrendo, ou mesmo substituindo, as atividades agrícolas, conformando o chamado “novo rural”. Nesta perspectiva, a pluriatividade, entendida como a combinação da atividade agrícola com atividade não-agrícola em uma unidade familiar, seria a expressão do “transbordamento do urbano sobre o rural”, e se caracterizaria pela redução do peso econômico da atividade agrícola, sendo entendido como evidência da falência de certas formas de agricultura familiar (SOUZA, 2008).

Quando se pensa em sustentabilidade da produção agrícola, as especificidades das formas de organização social e produtiva dos agricultores precisam ser consideradas a partir das diferentes realidades regionais, conforme aponta Chambers e Conway (1992):

“A sustentabilidade dos meios de subsistência levanta muitas questões. Estes se dividem em dois grupos: se a subsistência é sustentável ambientalmente, em seus efeitos sobre recursos locais e globais e outros ativos: se é socialmente sustentável, isto é, capaz de lidar com o estresse e os choques, e retém sua capacidade de continuar e melhorar. A sustentabilidade é, portanto, uma função de como os ativos e as capacidades são utilizados, mantidos e aprimorados de modo a preservar os meios de subsistência” (CHAMBERS e CONWAY, 1992, pg 12).

A sistemática produtiva do agricultor familiar culturalmente valoriza os princípios da sustentabilidade. Tais práticas são herdadas desde as origens de cultivos indígenas, onde a produção sempre tinha como premissa a pouca utilização de recursos e o baixo impacto ambiental.

Entretanto, esta prática poucas vezes alcança a escala produtiva para se estabelecer uma regularidade de entrega ao mercado, restando, portanto, a venda à varejo das safras. As colheitas ocorrem em geral após ciclos longos e respeitando a maturidade produtiva das espécies, e, por isso, os produtos encontram o mercado em plena safra regular, o que barateia os preços praticados em decorrências das forças de mercado.

Uma opção para fugir deste ciclo vicioso é a participação em grupos associativos como as cooperativas. Estas, organizam os diversos pequenos produtores para que de maneira sincronizada, estabeleçam um volume produtivo que os leva a acessar vendas maiores e mais vantajosas, como as vendas institucionais.

As vendas institucionais ocorrem obedecendo certos trâmites jurídicos específicos que ocasionam em maior morosidade no pagamento. No entanto, possuem segurança jurídica que garante o pleno recebimento, e uma vez atendidas todas as exigências burocráticas, esta operação resulta em impactos positivos sobre a renda, estes obtidos a partir da adesão do agricultor às cooperativas de produtores (RIBEIRO, 2013).

No caso do Amazonas, as cooperativas têm sido um importante mecanismo de acesso dos agricultores ao mercado institucional, constituindo-se como uma das principais alternativas de renda aos agricultores familiares e ao Estado, uma estratégia para fortalecimento do setor primário. A dependência econômica do Estado pelo Modelo Zona Franca de Manaus e as constantes ameaças de extinção sofridas pelo governo, tem impulsionado a busca de alternativas econômicas.

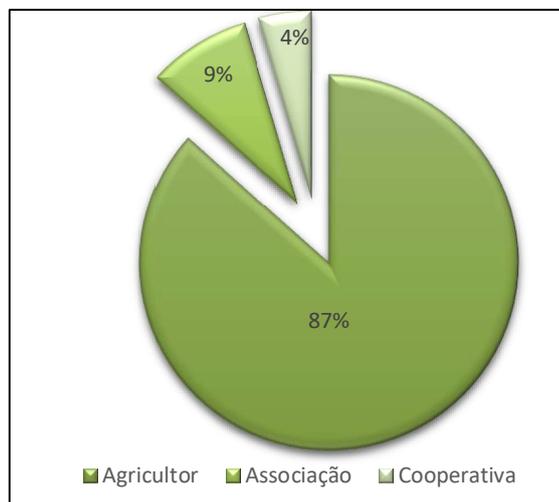
Dentre as políticas públicas e programas de desenvolvimento voltados ao acesso de agricultores familiares ao mercado institucional no Estado, merecem destaque o Programa de Regionalização da Merenda Escolar – PREME, operacionalizado pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS, o PNAE, operacionalizado pela Secretaria Estadual de Educação - SEDUC e o PAA, operacionalizado pela Secretaria Estadual de Produção Rural - SEPROR.

Nos últimos anos, esses programas têm apresentado crescimento contínuo, tanto no número de participantes, quanto no volume de recursos financeiros movimentados, acarretando a geração de emprego e renda, melhoria

da qualidade de vida dos agricultores familiares, e contribuindo, conseqüentemente, para o crescimento da economia como um todo. O PREME, por exemplo, adquiriu de produtores rurais, associações, cooperativas e agroindústrias, o montante de R\$ 38 M (Trinta e oito milhões de reais) em produtos no ano de 2018. Este montante aumentou em 2019 para R\$ 44 M (Quarenta e quatro Milhões de reais), representando um aumento anual de 16% (AMAZONAS, 2019).

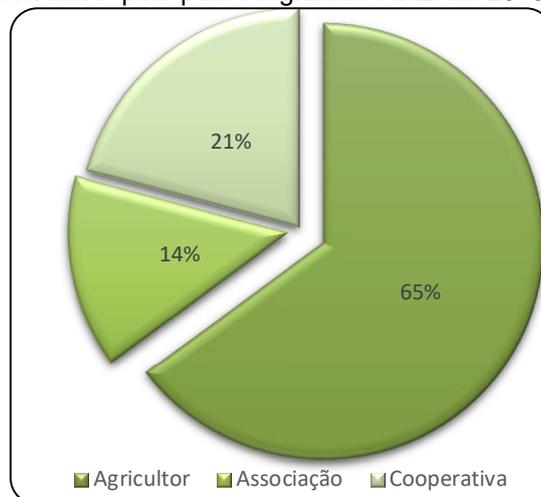
No ano de 2019, o Amazonas contratou 730 (setecentos e trinta) fornecedores, dos quais 49 (quarenta e nove) foram cooperativas, o que representa 6,71% do número de contratos. As figuras 3 e 4 demonstram os contratos formalizados através do PREME e do PNAE no ano de 2019.

**Figura 3:** Contratos estabelecidos pelo programa PREME em 2019



Fonte: ADS (2019)

**Figura 4:** Contratos estabelecidos pelo pelo Programa PNAE em 2019



Fonte: SEDUC (2019)

Como pode ser observado nas figuras acima, no ano de 2019, a ADS celebrou contratos com 562 agricultores para o fornecimento de alimentos através do PREME, destes, 25 foram realizados com Cooperativas (4,5%) e 50 foram realizados com Associações de Produtores (9%) (ADS, 2019). Já a SEDUC, celebrou contratos com 168 agricultores para o fornecimento de alimentos através do PNAE, destes, 24 foram realizados com Cooperativas (14%) e 35 foram realizados com Associações de Produtores (21%) (SEDUC, 2019).

Ampliar o número de cooperativas no Amazonas é uma necessidade. Entretanto, há o desafio de inserir os princípios do cooperativismo entre os agricultores familiares. De acordo com a lei 11.326/2006, a agricultura familiar é a produção realizada por empreendedor familiar que pratica suas atividades no meio rural, utilizando predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas, em propriedades de até 04(quatro) módulos fiscais provem a maioria do rendimento.

Historicamente, os agricultores amazonenses trabalham em sistemas coletivos herdados dos indígenas. São arranjos sociais onde percebemos princípios cooperativos em forma de mutirões, denominados de puxirum. O “puxirum” organização social, temporal, constituída com finalidade específica, tem sido historicamente utilizada na região amazônica como mecanismo para alavancar o trabalho a baixo custo na região amazônica. Consiste na reunião de moradores, normalmente com relativa proximidade de moradia, que se dedicam em uma data específica a realizar as atividades concentradas em uma única propriedade (MATOS, 2007).

No entanto, esta prática social não se propaga nas formas de comercialização. Observa-se a ausência da cultura de comercializar de forma cooperativa, mesmo em oportunidades de interação para uma comercialização conjunta. Há uma certa resistência, principalmente na questão da distribuição dos lucros, que por serem equitativos, culturalmente causam desconforto entre os membros.-

Vale ressaltar que o ganho equitativo não corresponde ao ganho igualitário. Equitativo é aquilo que é justo. A proporcionalidade na divisão dos lucros está circunscrita ao quantitativo de produção. Quanto maior a produção de um indivíduo, maiores serão os lucros auferidos. Os produtos agrícolas

produzidos pelos membros, embora vendidos em condições de igualdade, recompensarão proporcionalmente cada membro pelo volume de bens de capital empregados no desenvolvimento de suas atividades (REIS, 2018).

No entanto, para o pleno atendimento das metas da cooperativa, é necessário o empenho de todos os membros, como evidencia Singer (1998, pg 87), para o fato de que “trabalhadores em cooperativas de produção não obedecem a ninguém em relação de subserviência, não têm patrão, por outro lado, precisam cooperar...”.

Na região sudeste do Brasil, onde o cooperativismo apresenta estágios mais consolidados de desenvolvimento, percebe-se uma dinâmica diferente entre os membros cooperados. Em pequenas cidades, as cooperativas são os principais mecanismos de interação entre os cidadãos, promovendo, além das reuniões regulares da cooperativa, atividades de promoção do bem estar coletivo, recreativas e de lazer, que envolvem todos os membros e familiares. Pode-se atribuir a este aspecto cultural a maior adesão dos membros, que enxergam na cooperativa um mecanismo de interação e representatividade.

Na região amazônica, tem-se culturalmente os assentamentos familiares em núcleos de moradias chamadas de comunidades. Estas comunidades, via de regra, se constituem juridicamente em associações representativas dos interesses coletivos. No entanto, em função das limitações legais que impedem a comercialização e distribuição de dividendos, estas organizações são gradativamente desacreditadas e vão perdendo adesão de membros e representatividade.

Dedicar atenção nestes entraves e discutir os elementos que impossibilitam o avanço das relações socioeconômicas do cooperativismo no Estado do Amazonas, limitando a integração social e a política dos povos e comunidades tradicionais, é imperativo na formulação de estratégias de desenvolvimento sustentável, que associem geração de renda e manutenção dos modos de vida tradicionais.

## **4.2. OS IMPACTOS DA COOPERATIVA COMPRAB SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL (IDSL).**

### **4.2.1 A Cooperativa Mista dos Produtores do Ramal do Banco e Água Branca – COOMPRAB**

O município de Rio Preto da Eva tem sua economia pautada nos setores, Primário, Indústria, Comércio e Turismo, dentre o que mais se destaca é o setor primário, compondo uma parte significativa do PIB municipal. De acordo com a Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva (2019) os principais potenciais produtivos são: Laranja, Banana, Mandioca, Macaxeira, Açaí, Abacaxi.

Um dado importante para ressaltar é a banana como potencial produtivo, compõe cerca de 535 produtores, em uma área total de 784 hectares, seguido pela laranja, com 197 produtores, em uma área de 1.672 hectares (RIO PRETO DA EVA, 2019). Diante dessas informações a potencialidade produtiva do município é bem expressiva, segundo o estudo de Oliveira *et al.* (2017) apontou que o município Rio de Preto da Eva está entre os sete municípios que mais produzem banana no Amazonas.

A produção de banana no município de Rio Preto da Eva tem ganhado destaque, um dos motivos está relacionado diretamente com atividades de plantio praticada pelos agricultores em boa parte da região, em específico no Ramal do Banco. Nessa perspectiva, a Coomprab surge como ferramenta estratégica para atender grandes demandas provenientes dos agricultores familiares.

A Coomprab foi fundada no dia 15 de junho de 2010, a partir dos anseios dos agricultores familiares que sentiram a necessidade de expandir as formas de comercialização de seus produtos, tendo em vista que a associação não poderia atender as necessidades vinculadas ao processo de escoamento de produção. Entretanto, as articulações para a formação da cooperativa, vêm anos antes através da Associação Asprones, onde a maioria dos sócios são também associados.

A cooperativa conta com cerca de 60 sócios cadastrados, em uma área de atividade que abrange produtos hortifrutigranjeiros, extrativismo, beneficiamento de frutas, hortaliças e legumes, além de criação e comercialização de peixes de água doce. A formação da cooperativa se dá em

comum acordo, a partir da perspectiva de que a associação na qual os agricultores estavam inseridos era limitada do ponto de vista financeiro, logístico e de comercialização.

A proposta da cooperativa cria possibilidades nos espaços estratégicos no âmbito ambiental, social, cultural, político e econômico. Visa melhorar a produção, escoamento, beneficiamento, comercialização, geração de renda e trabalho, atuando na melhoria da qualidade de vida, fortalecendo o desenvolvimento rural sustentável (MUNIZ *et al*, 2017)

A Coomprab segue um modelo de gestão participativa onde todos os sócios são consultados para uma eventual decisão, as assembleias acontecem mensalmente para a discussão das propostas e planejamentos, ou em assembleias extraordinárias quando é proposto alguma decisão que demande uma resposta imediata. Um ponto que cabe destacar, é a dificuldade de inserção de novos membros, 100% dos não cooperados entrevistados, apontaram essa dificuldade sendo como uma das fragilidades da cooperativa, isso indica uma questão que necessita ser trabalhada pela gestão e conseqüentemente assinala uma vulnerabilidade na maturidade da cooperativa.

Nos municípios do estado do Amazonas no seu contexto geral, a questão política sempre está intimamente ligada as organizações sociais, e em muitos casos influenciam diretamente nas decisões desses grupos. No que se refere a Coomprab, não se percebe essa influência política externa, no entanto, que foi percebido através dos trabalhos de campos realizados, foram existências de grupos antagônicos dentro da própria comunidade, lideranças que por meio de decisões realizadas não se sente representados pela atual gestão.

Nesse sentido, essas posições antagônicas influenciam diretamente a desenvoltura da cooperativa na sua força máxima, fragilizando componentes importantes para o avanço das ações e atividades propostas pela liderança. Essas concepções divergentes acabam se desenvolvendo como uma espécie de estratégia enfraquecedora da cooperativa, salientando o quanto temos que aperfeiçoar o cooperativismo no estado do Amazonas.

## **4.2.2 A COMPRAB e o desenvolvimento sustentável local (IDSL).**

Na análise do IDSL, a dimensão social buscou caracterizar os agricultores familiares e identificar seus principais comportamentos relacionados à educação, saúde e lazer. No aspecto ambiental, foram identificados os principais hábitos de manejo dos comunitários, bem como, foram averiguados possíveis ações que prejudicam ou não o desenvolvimento sustentável.

Na dimensão econômica, a investigação concentrou-se em identificar os fatores da geração de renda na comunidade. A dimensão institucional foi avaliada entre os agricultores familiares que participam da cooperativa, onde buscou-se identificar o entendimento da percepção do pertencimento e representatividade da instituição para os comunitários.

### **4.2.2.1 Dimensão social**

Os entrevistados na pesquisa, identificados como agricultores familiares, são predominantemente indivíduos acima dos 35 anos de idade, tanto no grupo de cooperados (86,4%), quanto no grupo de não cooperados (85,7%). O estudo realizado por Muniz *et al* (2017) que descreve o perfil dos cooperados da Cooperativa Mista dos Agricultores entre os rios Caeté e Gurupi em Santa Luzia no Pará, apresenta um percentual semelhante, com 50% dos cooperados na faixa etária de idade de 20 a 50 anos. Carneiro (2019) encontrou resultados semelhantes, constatando o fenômeno do envelhecimento da população rural. Estudos têm sinalizado evidências desse fenômeno, recorrente nas demais regiões do Brasil e o Amazonas, vem seguindo essa tendência do esvaziamento da população jovem em áreas rurais, o que pode ser prejudicial à produção agrícola.

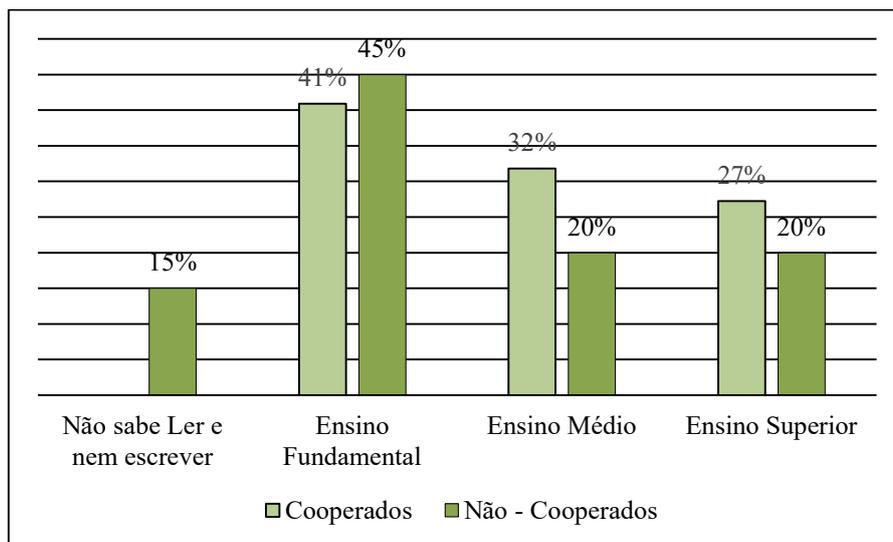
No componente origem, foi identificado que as famílias da comunidade são constituídas predominantemente de indivíduos nascidos no estado do Amazonas (55% no grupo de cooperados e 52% no grupo de não cooperados). No componente tempo de moradia, a maioria dos cooperados reside na comunidade há menos de 5 anos (54,5%) e a maioria dos não cooperados reside na comunidade entre 11 e 20 anos (48%).

O tempo de moradia na comunidade é um fator importante a ser

considerado no cooperativismo, considerando que aponta para o sentimento de pertencimento ao lugar, que Tuan (1980) chama de Topofilia. A topofilia define como o elo efetivo entre pessoa e o lugar ou ambiente físico não é aplicado somente do ponto de vista da percepção, mas também das atitudes e dos valores envolvidos nas relações com o meio ambiente.

Em relação à escolaridade (figura 5), a maioria dos entrevistados tem o ensino fundamental (41% dos cooperados e 45% dos não cooperados). Chama atenção o percentual de indivíduos que não sabem ler e nem escrever na comunidade entre os não cooperados (15%). Os estudos de Muniz *et al* (2017) e Abbade *et al* (2012) não evidenciaram nenhum percentual de analfabetismo entre os entrevistados, porém, todos apontaram para um baixo nível de escolaridade, que indica o ensino fundamental como predominante em estudos realizados na área rural.

Figura 5: Nível de escolaridade dos entrevistados



Fonte: Dados Primários (2019)

É importante frisar, que o cooperativismo engloba uma política de incentivo à educação, formação e informação, sendo esses o quinto princípio do cooperativismo. Segundo este princípio, a cooperativa tanto corresponde a uma necessidade social e educativa de fortalecer a cultura da cooperação, quanto deve oferecer condições de qualificação profissional a seus associados (SCHNEIDER, 1999, p. 21). Diante disso, o cooperativismo emerge como uma

ferramenta estratégica no combate ao analfabetismo e a desinformação no campo, proporcionando possibilidades de crescimento educacional entre seus cooperados.

Em relação à divisão de papéis familiares relacionados a funções desempenhadas por homens e mulheres, foi apontado que existe divisão de papéis por 23% dos cooperados e 40% entre as famílias não cooperadas. Quando se trata da divisão dos papéis e funções, é relevante apresentar alguns teóricos, partindo do conceito da divisão social do trabalho, categoria cunhada por Karl Marx, onde é definida como designar a especialização das atividades presentes nas sociedades, caracterizando-as em atividades produtivas ou atividades necessárias à reprodução da vida (ALMEIDA *et al*, 2021 apud MARX, 2011).

A divisão social do trabalho é aparentemente característica do trabalho humano, tão logo se converte em trabalho social, isto é, trabalho executado na sociedade e através dela ((ALMEIDA *et al*, 2021 apud BRAVERMAN, 1981). Partindo desse pressuposto, vale ressaltar o avanço da participação das mulheres neste processo, especificamente nas cooperativas.

Para Albornoz (2008) o trabalho das mulheres não é uma novidade histórica, sempre tiveram presença no processo de trabalho. A presença da força feminina na agricultura é fortemente ressaltada, porque esses trabalhos eram realizados pela família, em comunidade ou na solidão, mas dentro de casa, perto do convívio familiar, com os filhos ou juntos dele.

Diante do exposto, a divisão das tarefas e funções é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento familiar e de qualquer empreendimento. Do ponto de vista do cooperativismo é determinante, sendo que através desse processo é possível aprimorar e potencializar as atividades existentes no empreendimento, alcançando as metas e objetivos propostos.

Em relação aos aspectos de saúde, foi observada a preponderância da ocorrência de doenças sazonais. As principais doenças identificadas foram doenças crônicas ou hereditárias, tanto entre os cooperados (84%), como entre os não cooperados (85%). Cabe acentuar que as doenças crônicas e hereditárias são conhecidas cientificamente como Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), e constituem um grave problema na saúde brasileira. Estão incluídas neste grupo as doenças cerebrovasculares, diabetes mellitus,

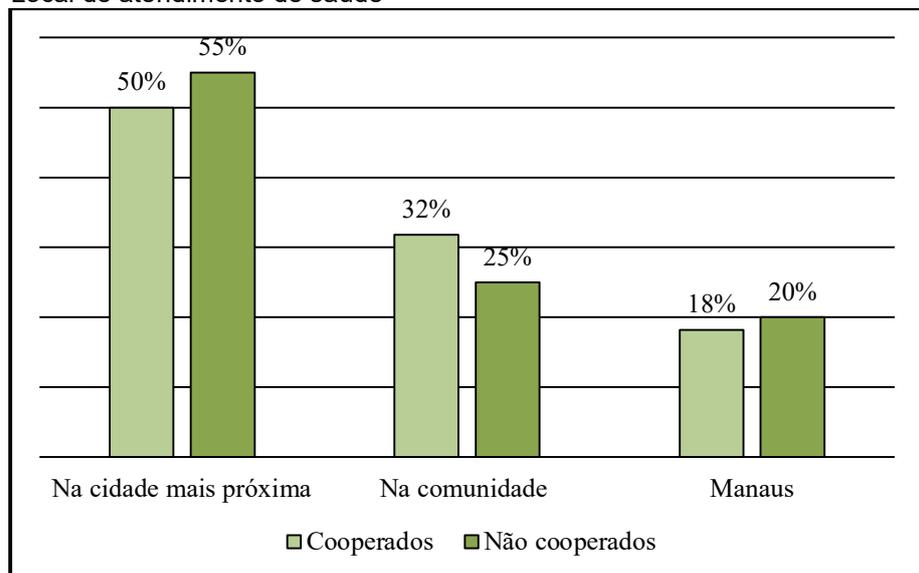
doenças respiratórias graves, neoplasias e cardiovasculares (PEREIRA e CORREIA, 2020 apud MALTA et al, 2017 e MALTA et al, 2019).

Ampliando esse debate, Bonita *et al* (2013) ressalta que a DCNT acomete indivíduos de todos os níveis socioeconômicos, entretanto, faz-se notório uma maior prevalência em indivíduos com baixa escolaridade e renda. Diante desse aspecto, é possível entender o percentual de casos em ambos os grupos estudados nesta pesquisa. A baixa escolaridade contribui diretamente para a falta de informação no que consiste aos cuidados com a saúde e inserção de novos hábitos na alimentação da população rural, aspectos que colaboram frontalmente para ampliação de novas doenças.

Na dimensão portadores de deficiência dos agricultores entrevistados, foram investigadas a incidência de portadores de deficiências físicas, visuais, auditivas, intelectuais, psicossociais e deficiências múltiplas nos indivíduos que desempenham atividades na agricultura familiar da comunidade. Nos dois grupos, os resultados foram aproximados. Portadores de deficiência estão presentes em 18,2% dos entrevistados cooperados, enquanto nos entrevistados não cooperados este percentual é de 15,8%.

A figura 6 mostra que a maioria dos entrevistados buscam atendimento médico na cidade mais próxima da comunidade que é a sede do município de Rio Preto da Eva (50% dos agricultores cooperados e 55% dos agricultores não cooperados). Porém, cerca de 32% dos agricultores cooperados e 25% dos não cooperados buscam tratamento na própria comunidade.

Figura 6: Local de atendimento de saúde

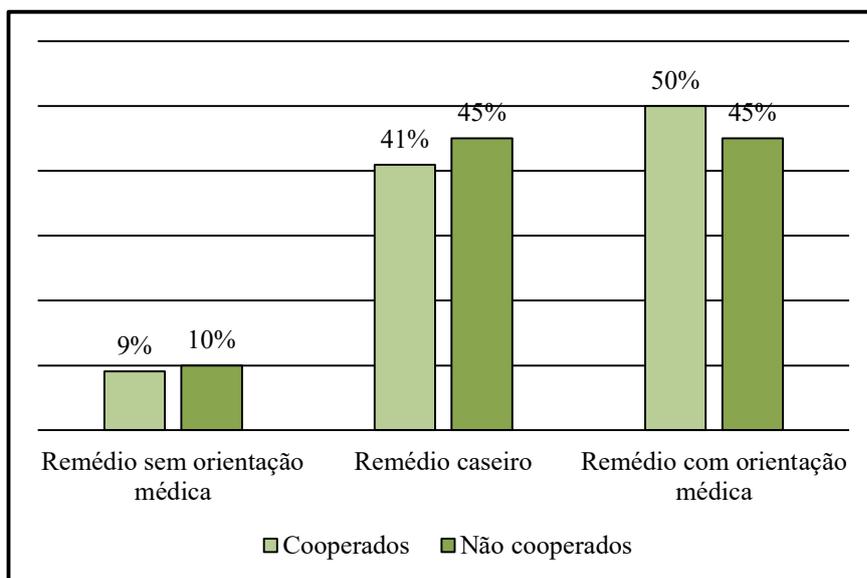


Fonte: Dados Primários (2019)

A comunidade não dispõe de um posto de saúde, no entanto, a prefeitura municipal disponibiliza um agente de saúde para realizar esse primeiro atendimento na comunidade. A partir disso é avaliado se há necessidade de encaminhamento para outra instância.

A figura 7 indica as principais práticas utilizadas pelas famílias para o tratamento dos problemas de saúde.

Figura 7: Tipo de tratamento médico



Fonte: Dados Primários (2019)

A maioria dos entrevistados tratam problemas de saúde com medicamentos orientados pelos médicos (50% dos cooperados e 45% dos não cooperados). Entretanto, boa parte também utiliza remédios caseiros (41% dos cooperados e 45% dos não cooperados). Os remédios caseiros são alternativas eficientes para possibilitar a saúde para aqueles que não encontram amparo na rede pública. Além disso, é culturalmente enraizado no imaginário da população amazonense.

No contexto pandêmico atual, os remédios caseiros tornaram-se protagonistas. Mafra *et al* (2020) em seu estudo sobre *o consumo de remédios caseiros durante a pandemia da covid19 e a evidência da bioeconomia no Amazonas*, aponta que 48% de seus entrevistados recorreram aos remédios caseiros como forma de tratamento. Outro aspecto interessante que foi

assinalado no estudo, foi que 82% dos entrevistados já consumiam remédios caseiros antes da pandemia da Covid19.

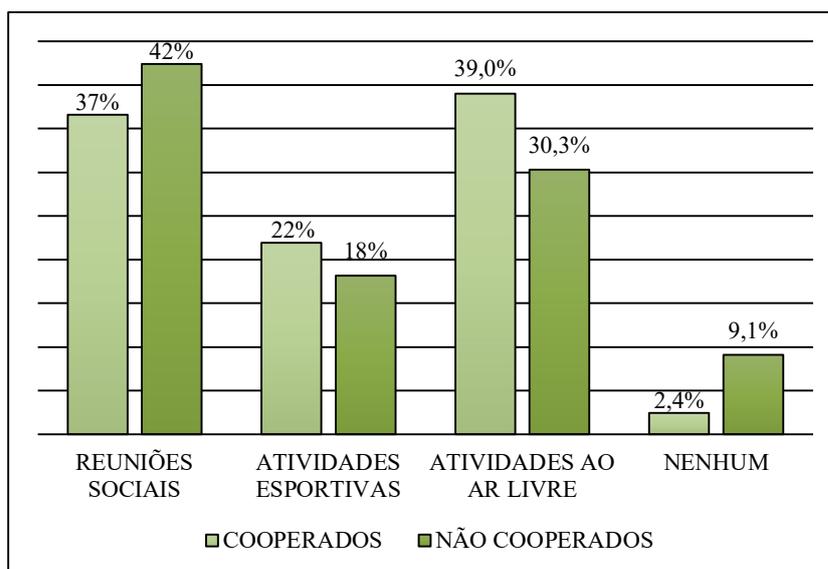
Foi observada a presença de fumantes entre 34% dos agricultores cooperados e 35% dos agricultores não cooperados. O relatório da OMS sobre a epidemia global do tabaco em 2019 destaca que o Brasil, ao lado da Índia, obteve êxito na política de controle do tabagismo (OMS, 2019). Entretanto, faz-se necessário maior investimento e empenho para mitigação do tabagismo no Brasil.

A vacinação infantil foi outro item considerado como componente de saúde. Verificou-se que aproximadamente 80% das famílias cooperadas mantêm a vacinação regular das crianças, enquanto entre as famílias não cooperadas a regularidade de vacinação é de 100%. A vacinação além de proteger o indivíduo que recebe a vacina, faz com que o risco da doença diminua em toda a comunidade. Quanto maior o número de pessoas receberem a vacina, menores serão as chances de alguém do grupo contrair a doença, pois é por meio da vacinação que ocorre a consolidação do sistema imunológico (SLENDAK *et al.*, 2021).

Para Slendak *et al* (2021) a falta de conhecimento, acompanhada ao acesso indiscriminado de informações duvidosas e falsas na internet, acaba por dificultar a adesão de algumas vacinas, fazendo com que a comunidade não fique protegida. É significativo argumentar, que a cooperativa além de ser um instrumento de organização social, exerce um papel social relevante de informar seus cooperados no que tange aos deveres sociais de cada membro, esse papel inclui viabilizar o acesso a saúde da comunidade.

Nas atividades de lazer (figura 8) foi observado que a principal atividade de lazer das famílias são as reuniões sociais (37% dos cooperados e 42% dos não cooperados). As atividades ao ar livre compõem a segunda atividade mais praticada pelos entrevistados somando uma porcentagem de 39% entre os cooperados e 30,3% entre os não cooperados. Na terceira posição estão as atividades esportivas com 22% entre os cooperados e 18% entre os não cooperados. Entretanto, 2,4% dos cooperados e 9,1% dos não cooperados afirmaram que não praticam nenhum tipo de atividade relacionada ao entretenimento.

Figura 8: Atividades de entretenimento familiar



Fonte: Dados Primários (2019)

O entretenimento e o lazer estão alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Dentre as ferramentas dos ODS estão ações para garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Nesse sentido, o lazer é um componente de desenvolvimento sustentável conectado diretamente com os ODS de números três e onze. O primeiro se refere a Saúde e Bem-estar e o segundo está relacionado a Cidades e Comunidades Sustentáveis.

#### 4.2.2.2 Dimensão ambiental

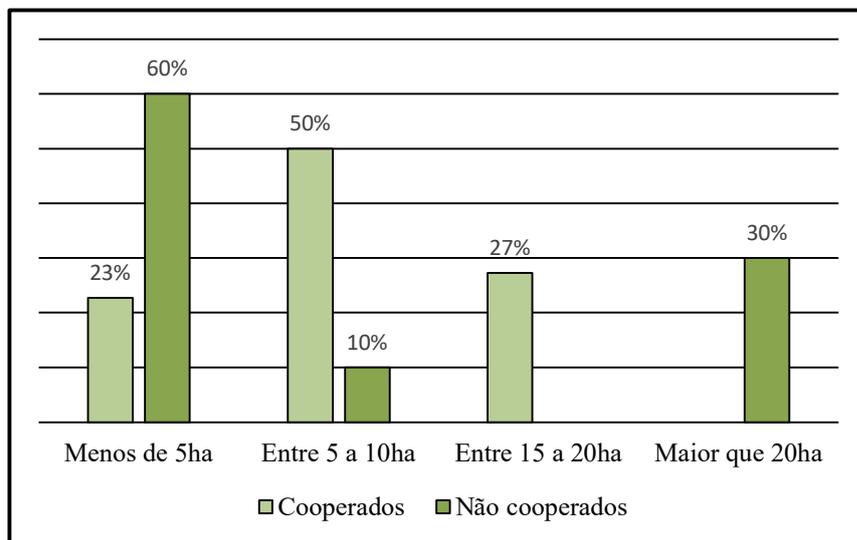
O tamanho da área cultivada foi considerado como componente ambiental devido se tratar de uma variável fundamental no que tange ao entendimento da sustentabilidade ambiental. Para tanto, foram delimitados os tamanhos das propriedades levando em consideração o tamanho dos módulos fiscais da região do Rio Preto da Eva, que segundo o Incra (2013), o tamanho do módulo fiscal equivalente a 80 há neste município.

Considerando que a Lei 8.629/93 determina que a pequena propriedade é todo imóvel rural com área de até 4 módulos fiscais, observou-se que a maioria das famílias da comunidade possuem áreas com até 1 módulo fiscal (77,3% dos cooperados e 100% dos não cooperados). Em relação ao tamanho da área

cultivada, foi considerado o limite de 20% da propriedade, estabelecido pela Lei 12.651 de 25 de maio de 2012, que determina a preservação de 80% da cobertura florestal da propriedade na região Amazônica.

A figura 9 apresenta o tamanho da área cultivada entre os entrevistados. A maioria dos cooperados tem área cultivada de tamanho entre 5 e 10 ha (50%) e a maioria dos não cooperados tem menos de 5ha de área cultivada (60%). Somente os cooperados apresentam de 15 a 20 ha de área cultivada (27%) e somente os não cooperados apresentam área maior que 20 ha (30%). Pode-se observar nesse cenário que os cooperados utilizam o tamanho permitido pela legislação. Parece que ao se associar à cooperativa, os agricultores se sentem mais incentivados ao cumprimento da legislação.

Figura 9: Tamanho da área cultivada



Fonte: Dados Primários (2019)

A estrutura fundiária do estado do Amazonas é heterogênea em relação ao tamanho da área cultivada. Entretanto, predominam os estabelecimentos rurais de pequeno porte que desenvolvem atividades e geram produção para consumo nas propriedades com venda de excedentes (MENEGETTI e SOUZA, 2015).

Os resultados apresentados por Carneiro (2018) sobre os impactos do PAA na sustentabilidade dos agricultores familiares do município Rio preto da Eva, apontaram que 46% dos entrevistados afirmaram que a área cultivada estava entre 5 a 10 hectares. O estudo descreveu que esse tamanho de área é

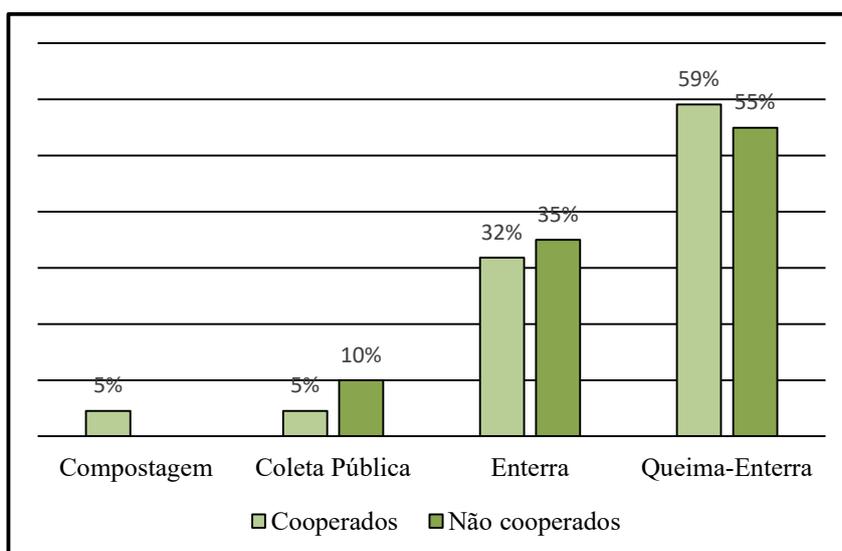
essencial para realizar o controle e gestão da propriedade, tendo em vista que a mão de obra é exclusivamente familiar. Uma área cultivada de tamanho maior, exige um número maior de pessoas para o trabalho e maiores são os custos.

A documentação da propriedade foi outro item avaliado no componente ambiental. Essa variável é primordial, pois afeta diretamente o acesso às políticas públicas disponíveis para agricultores familiares. Cabe destacar, que 60% dos entrevistados possuem a documentação e 40% dos entrevistados não possuem. As irregularidades documentais de propriedades de terras na Amazônia é um grave problema fundiário que remete aos tempos da ditadura militar, quando o governo federal incentivou a vinda de migrantes com o objetivo de ocupar e produzir (ALVES *et al*, 2018).

O estudo realizado por Alves *et al* (2018) no município de Autazes - Amazonas, apontou que a maioria dos agricultores não possui nenhum tipo de documentação que comprove a propriedade do terreno (62,5%), o que dificulta o acesso a benefícios governamentais, como por exemplo, créditos rurais e outros benefícios. No município de Autazes, a questão de documentação parece ser mais acentuada do que no município de Rio Preto da Eva, retratando a precariedade da questão fundiária no estado do Amazonas, o que dificulta na maioria das vezes o acesso a políticas públicas de comercialização, de incentivo ao crédito e a produção.

Outro fator analisado no componente ambiental foi a forma de eliminação do lixo produzido pela família (figura 10). Observou-se que a maioria das famílias queima ou enterra o lixo (59% entre os cooperados e 55% dos não cooperados). Outra forma de descarte do lixo apontado na pesquisa é somente a de enterrar o resíduo. Nos grupos analisados, 32% dos cooperados somente enterra e 35% dos não cooperados também usam dessa prática. Apenas 5% dos cooperados e 10% dos não cooperados apontaram que usam coleta pública como forma de descarte do lixo, e somente 5% dos cooperados buscam alternativas como a compostagem para o reaproveitamento dos resíduos.

Figura 10: Forma de eliminação do lixo

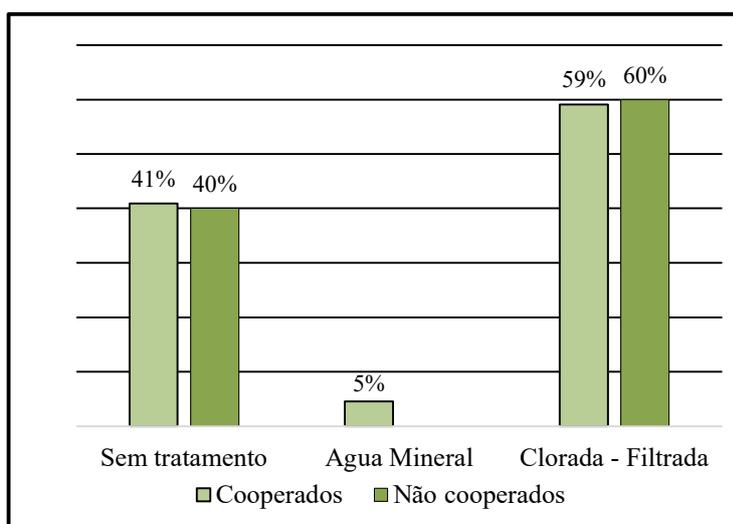


Fonte: Dados Primários (2019)

Cameiro (2019) constatou que a maioria dos agricultores familiares entrevistados (60%) têm se valido da prática mais comum no trato dos resíduos sólidos no âmbito rural, a queima, pelo simples fato da maioria não possuírem serviço de coleta. Todavia, existem formas de mitigar o acúmulo de resíduos sólidos e seus impactos sobre a vida humana. Uma dessas alternativas é a coleta seletiva, que o próprio agricultor familiar pode realizar, selecionando os tipos de resíduos, reutilizando como é o caso dos resíduos orgânicos, resto de alimentos, incremento de animais e folhas secas.

Como penúltimo fator do componente ambiental, foi avaliado a variável tratamento da água para o consumo (figura 11). Foram investigadas as medidas adotadas pelos entrevistados para garantir a potabilidade da água consumida em suas necessidades básicas. Verificou-se que a maioria dos entrevistados utiliza a água filtrada ou clorada (60% dos não cooperados e 59% dos cooperados). Outra opção apontada na pesquisa foi o consumo de água sem tratamento (40% dos não cooperados e 41% dos cooperados fazem uso dessa opção). Um aspecto que chamou atenção é o fato de apenas o grupo dos entrevistados cooperados consumirem água mineral.

Figura 11: Tratamento de água para consumo humano



Fonte: Dados Primários (2019)

Em relação à destinação dos dejetos das famílias, foi verificado que 100% dos entrevistados nos dois grupos utilizam o sistema de fossa negra. Costa (2014) encontrou dados semelhantes, especificamente na RDS Madeira, no estado do Amazonas, onde cerca de 60,97% das famílias utilizam fossas negras como principal forma de eliminação de dejetos. Apontou também que “esta situação pode contribuir para a contaminação do lençol freático e dos recursos hídricos mediante o processo de cheia e seca dos rios, e conseqüentemente aparecimento de doenças como verminoses, cólera, hepatite, dentre outras” (COSTA, 2014, p.75).

Esse dado também foi informado no estudo realizado por Lauvers *et al* (2019), que avaliou os impactos ambientais relacionados à destinação final de efluentes no distrito de São João do Garrafão, em Santa Maria de Jetibá no estado do Espírito Santo, apontando que 90% dos entrevistados fazem uso da fossa negra, ou seja, o sistema de captação e tratamento de efluentes é inexistente, e há uma precariedade no que tange a disposição de esgoto doméstico.

Silva *et al* (2016) também apresentou resultados semelhantes na pesquisa realizada na comunidade rural do Baixo Rio Araguari no estado do Amapá. Neste local, 70,9% dos entrevistados usam como destinação a fossa negra. Esses estudos apontam para uma realidade complexa no Brasil, retratando a falta de investimento em saneamento básico nas comunidades

rurais dos Estados brasileiros.

De acordo com o Manual do Saneamento da Fundação Nacional de Saúde (BRASIL, 2015), a distância mínima recomendada é de um metro e meio do fundo da fossa negra em relação ao nível do lençol freático, e conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT-NBR 7229/93), recomenda 15 metros de distância de poços freáticos e de corpos de água de qualquer natureza. O não cumprimento dessas recomendações afeta frontalmente a saúde humana, tendo em vista que essas consequências causam impactos diretos na qualidade de vida dos agricultores familiares.

#### 4.2.2.3 Dimensão econômica

Na dimensão econômica foram avaliadas as variáveis: renda média, fontes de renda, o aumento da renda em função da cooperativa, da renda relacionada a agricultura, o perfil das moradias e o acesso a serviços que a população entrevistada dispõe.

No que se refere a composição da renda média observada entre os cooperados e não cooperados (tabela 5), a renda da maioria dos entrevistados se concentra entre 1 a 3 salários mínimos (86% dos cooperados e 80% dos não cooperados). Segundo o IBGE (2010) mais de 1600 domicílios no município de Rio Preto da Eva vivem com renda que varia de 1 a 2 salários mínimos, corroborando os dados encontrados no Ramal do Banco.

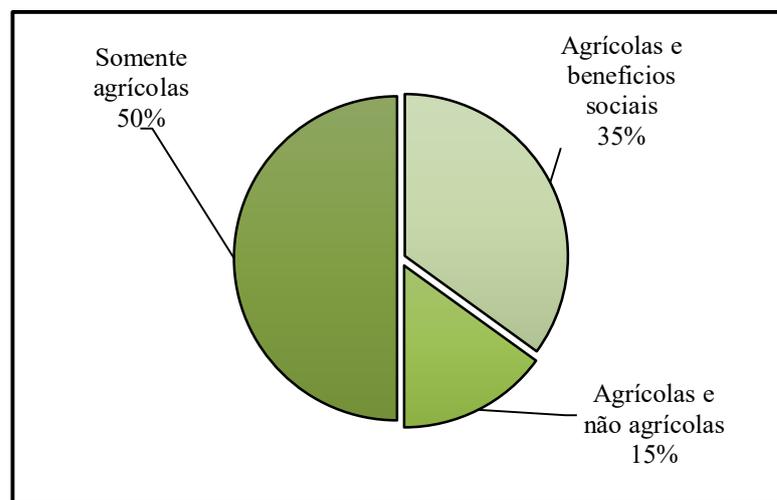
**Tabela 5** - Composição de renda média por salários-mínimos

Variável	Cooperados	Não Cooperados
Salários-mínimos	Frequência Relativa (Fr)	Frequência Relativa (Fr)
1 a 3	86%	80%
3 a 5	9%	10%
5 a 7	5%	10%
Total	100%	100%

Fonte: Dados Primários (2019)

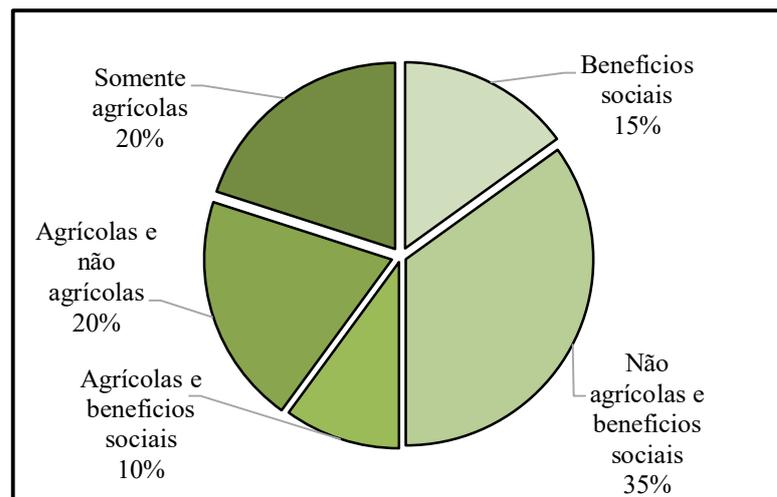
Em relação as fontes de renda (figuras 12 e 13), observa-se que 50% dos cooperados e 20% dos não cooperados possuem renda somente das atividades agrícolas. Sendo que 35% dos cooperados e 10% dos não cooperados possuem fonte de renda provenientes das atividades agrícolas e benefícios sociais (bolsa família, aposentadoria, auxílio-doença, dentre outros). Outra variável avaliada foi a renda provenientes das atividades agrícolas e não agrícolas (comércio, serviço público, diarista, dentre outros), nessa categoria os não cooperados se destacam com 20%, sendo que os cooperados somam somente 15%.

Figura 12 - Fontes de renda cooperados



Fonte: Dados Primários (2019)

Figura 13 – Fontes de renda dos Não cooperado



Fonte: Dados Primários (2019)

É relevante evidenciar que os cooperados buscam concentrar maior esforço nas atividades agrícolas, levando em consideração a garantia da venda

de sua produção para a cooperativa. O fato da maioria dos não cooperados precisarem de complemento de renda, pode representar um impacto positivo da cooperativa sobre a renda agrícola.

Cameiro *et al* (2019) descreveu algumas fontes de renda não agrícolas que compõem a renda dos agricultores familiares da comunidade Nova Esperança, no município do Rio Preto da Eva. A aposentadoria corresponde a 57% da renda dos entrevistados do estudo, seguido pelo bolsa família que corresponde a 29% e pensão (14%). Os benefícios sociais são fatores importantes na composição de renda no mundo rural.

Wiese *et al* (2020) destaca que as cooperativas passam a emergir como alternativa de inclusão social e geração de renda para agricultores familiares frente à concorrência de um mercado globalizado e, os atores sociais como o governo, as organizações cooperativas, associações, os próprios produtores e os movimentos sindicais, exercem papéis fundamentais no que se refere aos contextos locais.

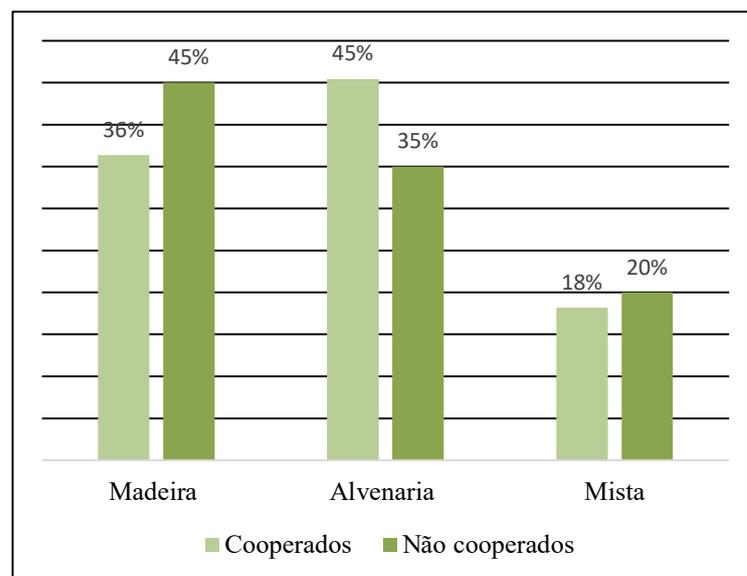
Nos aspectos econômicos também foram consideradas as condições de moradia, pois entende-se que a questão econômica influencia diretamente nesse aspecto. Em relação às condições de propriedade, 100% dos cooperados e 79% dos não cooperados possui casa própria. Observou-se que 21% dos não cooperados moram em residências cedidas. Geralmente, essas pessoas exercem a função de caseiro da propriedade, onde possuem liberdade para cultivar a terra e comercializar aquilo que planta, além de receber um salário para manter suas necessidades básicas. Outros casos encontrados foram de pais que cederam suas propriedades para os filhos que hoje cuidam e trabalham na propriedade.

Rabaiolli *et al* (2017) estudando propriedades familiares multifuncionais no meio rural nos distritos Arroio Grande e São Valentim - Santa Maria/RS também encontrou resultados semelhantes, no que se refere aos entrevistados possuírem casa própria, pois 75% dos seus entrevistados encontram-se nessa condição. Diferentemente dos entrevistados nesta pesquisa, Rabaiolli *et al* (2017) destaca que o agricultor que arrenda ou tem terras cedidas é também proprietário de uma parte de terras e, esta condição de arrendatário ou cedência, ocorre por necessidade de aumento de área produtiva.

Na realidade estudada na presente pesquisa, especificamente os que residem em propriedade cedida, estão na condição de caseiro ou na propriedade cedida pelos pais. É comum encontrar essa situação, tendo em vista que os donos das propriedades residem na capital do estado e comumente vão nos finais de semana para descanso. Os filhos que estão residindo na propriedade dos pais na maioria das vezes constituíram família e recebem a cessão para construir suas casas e cultivar a terra.

Outro componente pesquisado foram os tipos de materiais das residências, sendo que 45% dos cooperados e 35% dos não cooperados possuem casas de alvenaria. Nas casas construídas com madeiras os não cooperados se destacam com 45% do total, enquanto os cooperados apresentaram 36% dos entrevistados. Com residências mistas a diferença entre os grupos é minimizada, 20% de cooperados e 18% de não cooperados.

Figura 14: Tipo de material de construção da residência



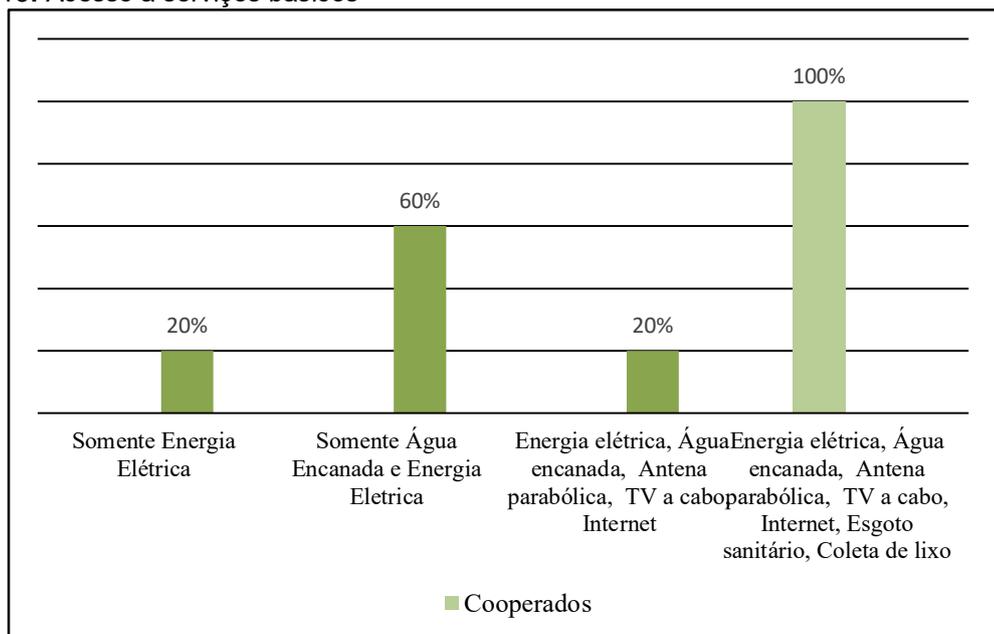
Fonte: Dados Primários (2019)

Sena *et al* (2019) em seu estudo sobre o *Uso de Recursos Naturais nas Palafitas* Amazônicas no município de Manacapuru – Am, constatou que a maioria das casas dos entrevistados são construídas em madeira (92%), seguida de alvenaria (6%) e mista (2%). Silva *et al* (2011) corrobora através de seu estudo A coleta de produtos florestais em comunidades rurais no Amazonas, que com relação às formas de uso, observou que 78,8% dos recursos florestais (madeira) são destinados para construções de moradias e distintas benfeitorias existentes na propriedade. Muito embora, os

entrevistados cooperados possuem a maior porcentagem no que se refere as residências construídas em alvenarias, as casas em madeiras ainda são protagonistas na ruralidade amazonense.

Os dados da pesquisa apontam que as famílias dos cooperados tem maior consumo de bens duráveis (52%) do que os não cooperados (42,6). Os principais bens observados foram aquisição de eletroeletrônicos. No quesito acesso a serviços básicos (figura15), 100% dos cooperados possuem energia elétrica, água encanada, antena parabólica, tv a cabo, internet, esgoto sanitário e coleta de lixo, sendo que essas variáveis só se aplicam a este determinado grupo. Os não cooperados se dividem em três variáveis, 20% com acesso somente de energia elétrica, 60% com água encanada e energia elétrica, e 20% com energia elétrica, água encanada, antena parabólica, tv a cabo e internet

Figura 15: Acesso a serviços básicos



. Fonte: Dados Primários (2019)

No componente gastos mensais com saúde, os dados da pesquisa apontam despesas de R\$ 600,00 mensais (45% de cooperados e 55% dos não cooperados).

No componente transporte utilizado para o acesso a serviços de saúde, observou-se que 96% dos cooperados e 74% dos não cooperados utilizam meios próprios para acessarem serviços de saúde. Pode-se afirmar que esse resultado

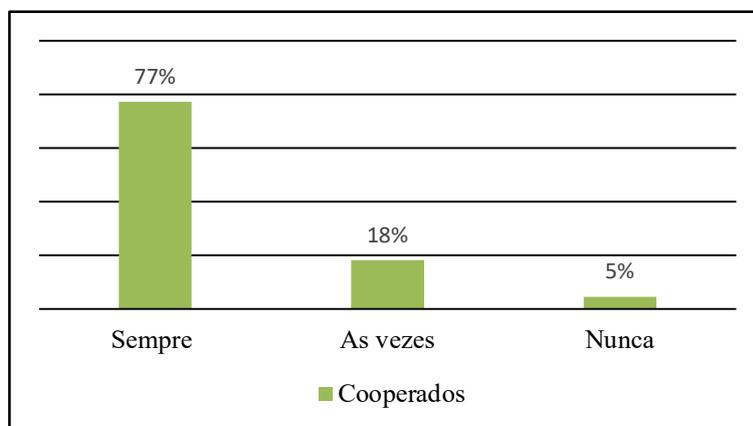
está relacionado diretamente ao fator renda, pois quanto maior é a renda, maior é a possibilidade de possuir veículo próprio.

#### 4.2.2.4 Dimensão institucional

A pesquisa evidenciou que 68% dos cooperados são liderados por indivíduos do sexo masculino que possuem mais de 5 anos de filiação à cooperativa. É importante salientar que apesar do estudo apontar uma predominância dos homens nos cargos de diretoria, as mulheres vêm protagonizando um crescimento significativo nesse contexto. Silva *et al* (2021) afirma que o cooperativismo é um modelo ideal para o protagonismo das mulheres, ainda que seja um cenário predominantemente masculino. As cooperativas têm a tarefa de melhorar a capacidade de empoderar as mulheres, colaborando com a sociedade nos processos de sensibilização social e de formulação de políticas públicas (SILVA et al, 2021 apud ZEA, 2018).

Foi verificado que 95% dos cooperados acredita que há uma comunicação efetiva entre os associados e a cooperativa. Os cooperados afirmaram que sempre (55%) ou às vezes (41%) participam das assembleias e reuniões. Informaram que nestas reuniões, são apresentados os resultados e metas alcançadas pela cooperativa, e são colocadas as demandas dos cooperados, que avaliam o atendimento das demandas como bom (68%). Os cooperados informaram ainda que as decisões da cooperativa são sempre discutidas em assembleia (77%) (figura16).

Figura 16: Todas as decisões da cooperativa são discutidas em assembleia

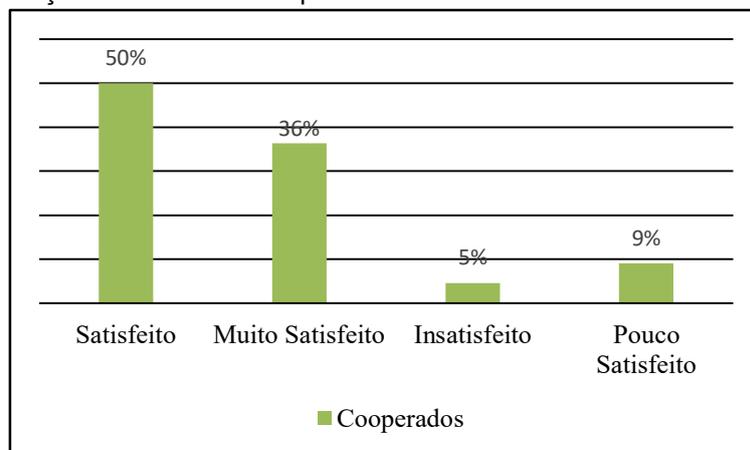


Fonte: Dados Primários (2019)

Pies *et al* (2016) indica que as cooperativas precisam considerar a ideia de que a participação dos associados no direcionamento estratégico é um elemento essencial para a instituição de boas práticas de governança nessas organizações. Diante disso, todas as organizações que estão debaixo desse princípio de governança só tendem a aumentar o nível de relacionamento entre os cooperados e gestores, proporcionando sempre instituir mecanismos de controle e de monitoramento para ampliar o grau de transparência e de exigências na produção de resultados financeiros para a sustentabilidade econômica das organizações (PIES *et al*, 2016).

Os cooperados entrevistados (91%) acreditam que as decisões da assembleia são sempre respeitadas pela diretoria. Quanto à gestão participativa da cooperativa, 100% dos entrevistados reconhecem sua efetividade e apontaram que há transparência na gestão da cooperativa. Os cooperados apontaram ainda satisfação em relação a sua filiação na cooperativa, sendo que 36% se declararam muito satisfeitos e 50% disseram estar satisfeitos (figura19).

Figura 17 - Satisfação dos filiados à cooperativa



Fonte: Dados Primários (2019)

Contextualizando com o cenário apresentado pelos dados, as práticas de governança podem contribuir na estruturação da gestão das cooperativas, particularmente no que tange aos órgãos de administração, controle e fiscalização. Dessa forma, a construção de um adequado ambiente de governança pode contribuir para consolidar o sistema de gestão, promovendo uma percepção positiva por parte dos cooperados e estimulando a adesão de novos integrantes (PIES *et al*, 2016 apud CONTO, 2014).

Quando questionados sobre a percepção dos cooperados em relação à

mudança de vida após se tornar membro efetivo da cooperativa, o sentimento positivo também foi evidenciado, pois 43% dos entrevistados declararam perceber grandes mudanças, como aumento de renda, aquisição de bens, melhor acesso à saúde, frente aos 52% que declararam mudanças moderada.

No componente que investiga a percepção de barreiras para trabalhar com a cooperativa, 81% dos cooperados indicaram não perceber nenhuma barreira. Enquanto, no aspecto expectativa sobre a cooperativa, 77% alegam possuir alta expectativa.

No aspecto legitimidade sobre as melhorias que a cooperativa trouxe à comunidade, 55% dos entrevistados acreditam que com o ingresso na cooperativa, componentes sociais como educação, saúde e renda melhoraram na comunidade. Pela cooperativa incluir nos seus princípios itens como investimento na formação e capacitação de seus cooperados, a expectativa do nível de educação crescer é positiva.

#### **4.2.2.5 Índice de Desenvolvimento Sustentável Local (IDSL)**

Os resultados das dimensões analisadas apresentam de forma detalhada as variáveis estudadas que foram os aspectos basilares para construção do IDSL. De acordo com Rabelo e Lima (2007), a sociedade está dividida em subsistemas como o espaço físico ocupado, apropriação da natureza, recursos naturais utilizados e o meio ambiente humano com suas relações de governos, empresas e ONGs. Este entendimento de que o desenvolvimento sustentável local não está relacionado unicamente com crescimento econômico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente (Macedo, 2011), e mesmo que mensuradas individualmente, é coerente a premissa de que estas influenciam e são mutuamente influenciadas entre si.

A partir dessa perspectiva, é possível pensar em indicadores que contemplem essas relações, que consigam determinar a leitura de influência e dependência dos mesmos, determinando quais ações podem ser reforçadas para a potencialização dos resultados e conseqüentemente de seus indicadores.. Para tanto são definidas quatro dimensões ou escopos: social, ambiental, econômico e institucional, conforme referências da *Commission on Sustainable*

*Development (CSD, 2006)*, dos Indicadores de desenvolvimento Sustentável: Brasil (IBGE, 2004), da Agenda 21 Global, o *Dashboard of Sustainability*, por meio do IISD (2006) e Bellen (2005).

A proposta do Índice de Desenvolvimento Sustentável Local baseia-se nestes referenciais, considerando as peculiaridades locais amazônicas. Os indicadores foram dimensionados de acordo com cada escopo, conforme a tabela 5.

**Tabela 6:** Índice de Desenvolvimento Sustentável Local (IDSL) da Comunidade Nova Esperança

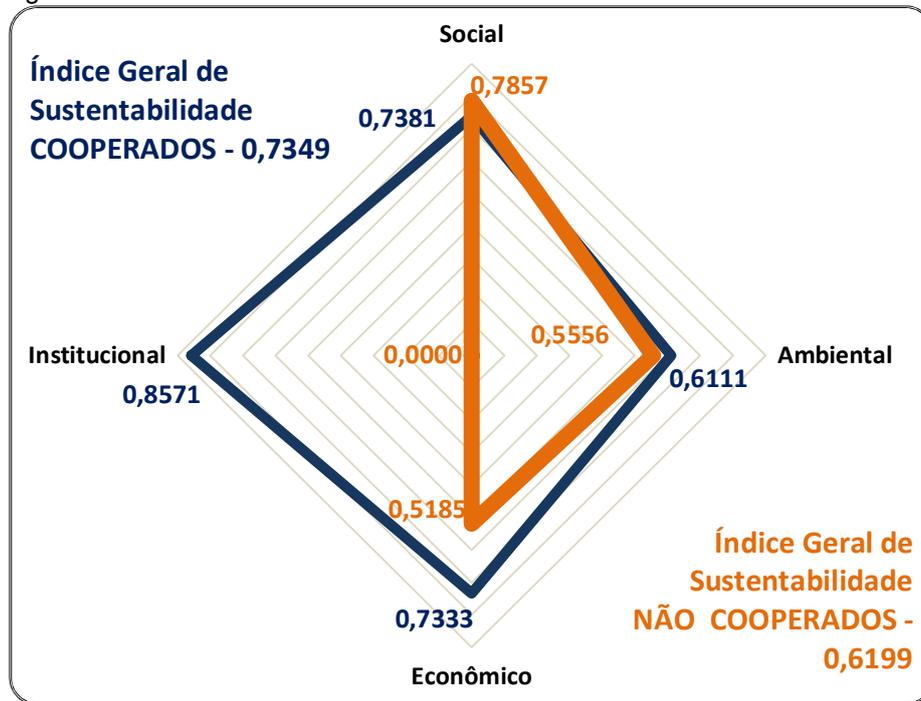
Dimensões	Cooperados	Não cooperados
Social	0,7381	0,7857
Econômica	0,7333	0,5185
Ambiental	0,6111	0,5556
Institucional	0,8571	Não calculado

Fonte: Dados Primários (2019)

De modo geral, os cooperados obtiveram melhores índices nas dimensões econômica e ambiental. No indicador econômico, a garantia da venda dos produtos para a cooperativa pode ser o influenciador direto nessa questão. Na ambiental, o menor desempenho dos não cooperados pode se se dá principalmente por conta do uso de agrotóxicos, destacando-se também a fossa negra como principal destino dado aos dejetos humanos.

A figura 18 apresenta um panorama geral dos índices em suas quatro dimensões, analisando os dois grupos estudados.

Figura 18 – Índice Geral de Sustentabilidade



Fonte: Dados Primários (2019)

O índice geral de sustentabilidade dos cooperados se estabeleceu em 0,734, sendo classificada como sustentabilidade boa e o índice geral dos não cooperados se concentrou em 0,619, significando um grau médio de sustentabilidade. Diante disso, é possível apontar que a aplicabilidade de modelos cooperativos podem ser um mecanismo de promoção de desenvolvimento em comunidades amazônicas.

Todavia é necessária a identificação de formas de adaptação do método observado, a realidade social e cultural de outras localidades, recomenda-se a adoção de critérios de qualidade o mais individualizado possível na avaliação de cada variável. É necessária também uma padronização dos critérios e métodos de hierarquização das variáveis, verificando principalmente a atribuição ou não de possíveis pesos nas dimensões avaliadas em consideração a realidade estudada. Assim, os resultados de sustentabilidade em comunidades amazonicas precisa ser analisada com sensibilidade, considerando as possíveis e diversas realidades experimentadas pelos territórios (Pereira, 2020).

## CONCLUSÕES

Embora a região Amazônica seja um emaranhado complexo de relações biológicas e sociais, os esforços para encontrar opções que gerem desenvolvimento para as populações que aqui vivem, com o mínimo de impacto ambiental possível.

O aprendizado de outras regiões é indispensável nesta caminhada, no entanto é válido também o entendimento de que em uma região singular, as soluções não seriam usuais, e sim personalizadas para a realidade que se apresenta.

Características regionais como o afastamento logístico, o demasiado custo logístico e estrutural para o desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento regional, inviabilizam uma solução única no estado. Nem todas as soluções propostas em uma calha, funcionariam em outra, todavia é preciso de alternativas para evitar a Polarização social e produtiva, onde posiciona de um lado um grande número pequenos produtores sem acesso a recursos financeiros e tecnologia, frente a um pequeno grupo de produtores preparados gerencialmente e com acesso a estrutura e recursos para implementar modernas técnicas de cultivo e exploração.

É importante considerar uma tendência nacional em que o Estado deixa de atuar como ente presente, abrindo espaço para agentes privados que passam a desempenhar papéis como relacionados ao financiamento, à provisão de insumos tecnológicos, assistência técnica, comercialização e gestão de risco.

Esta condição via de regra asfixiam as condições de reprodução social dos pequenos produtores, grande maioria na região, provocado o esvaziamento da região, o que por consequência inviabiliza economicamente os minifúndios, minando a presença de pequenos produtores e favorecendo o êxodo rural em busca de melhores condições sociais nos centros urbanos.

O enfrentamento desta realidade é a o desafio posto, esses movimentos são uma realidade e ignora-los é no mínimo insensatez. É preciso considerar a necessidade de musculatura e organização para o enfrentamento desta realidade, a necessidade de transferência de conhecimento para as populações tradicionais precisa ser uma realidade em todos os aspectos possíveis.

Dito isso nos parece emergir duas possíveis possibilidades, a

transferência de forma individualizada ou coletiva, que aparentemente tem conseguido ecoar resultados mais rápidos e efetivos, a adoção de práticas como o cooperativismo são uma possibilidade de enfrentamento desta severa realidade, no entanto não se trata de uma verdade absoluta, é necessária a adoção em conjunto com outros mecanismos, que favoreçam de maneira organizada o uso de todas as potencialidades locais pelas pequenas comunidades.

São necessários parâmetros de controle e mensuração para avaliar os resultados diferentes em diferentes perspectivas, e o índice geral de sustentabilidade local, desenvolvido por Rabelo e Lima (2007), conseguiu ser aplicado com êxito na realidade Amazônica e pode sim ser um parâmetro de comparação para a avaliação das diferentes práticas nas diversas comunidades, buscando estabelecer que conjunto de práticas conseguem ser convertidas em melhores resultados na realidade Amazônica.

Como testemunho este estudo demonstra que a adoção da prática do cooperativismo, fez emergir resultados distintos nos dois seguimentos populacionais estudados, mesmo com pouco tempo de implementação.

Como proposta para futuras pesquisas, sugere-se o aprofundamento da metodologia em outras comunidades, a fim de validar o cooperativismo como mecanismo de organização social e distribuição de renda, proporcionando atividades agrícolas mais sustentáveis na região amazônica. Em vista da vastidão territorial e da complexidade de relações e modelos de funcionamento encontrados na região, não se quer atribuir um caráter de solução definitiva ao cooperativismo, mas deve ser considerada a percepção positiva dos agricultores (as) sobre as vantagens em integrar uma cooperativa e sobre os resultados positivos encontrados pelo estudo nas dimensões da sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADS. (2019). **Relatório COTAS PREME 2019 - DAF**. Manaus.
- ABBADE da S. R; GUSE. J.C; STRASSBURGER. R; FREITAS, L. A. R. **Análise do perfil socioeconômico da agricultura familiar no município de Dilermando de Aguiar-RS**, 2012.
- ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.
- ANNIBELLI, M. B. A ordem econômica brasileiro e o cooperativismo. Revista Eletrônica do CEJUR, Curitiba, PR, a. 2, v. 1, n. 3, ago./dez. 2008.
- ALTMAN, M. **History and Theories of Cooperatives**. International Encyclopedia of Civil Society, Springer Science+Business Media, LLC, 2009.
- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense. Coleção primeiros passos, 171. 2008.
- ALMEIDA, A.S; SOUZA, J.D; SANTOS, L.G; NETO, A.S; LIMA, J.R.F. **O protagonismo de mulheres na cooperativa agropecuária familiar de canudos, Uauá e Curaçá – BA**. IN:Desenvolvimento do semiárido: Organizações, gestão, inovação & empreendedorismo Volume 2/ Organizadores: Manoel Messias Alves de Souza, Leopoldina Francimar Amorim Coelho Diniz, João Carlos Sedraz Silva, Valdner Daízio Ramos Clementino, Acácio Figueirêdo Neto – MG: Poisson, 2021
- ALVES, J.B; COSTA, F.S; SOUZA, W.J. **Organização Social como instrumento de fortalecimento da Agricultura Familiar no Amazonas**. Revista Terceira Margem Amazônia | v. 3, n. 10 • Jan/jun. 2018
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENECKE. D. W. **Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo do desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo**. Porto Alegre; Recife: Coojournal Assocene, 1980.
- BENEVIDES PINHO, D. **Manual do cooperativismo: pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPq, 1982
- BIALOSKORSKI NETO, S.; BALIEIRO, C. F. **Capital social e cooperativas na agricultura do Estado de São Paulo: um ensaio analítico**. Texto para Discussão. Ribeirão Preto: Comissão de Pesquisa e Publicações da FEA-RP/USP, 2000.
- BIELSCHOWSKY, R. **O desenvolvimentismo: do pós-guerra até meados dos anos 1960**. In: BIELSCHOWSKY, R. et al. O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: palestras. Rio de Janeiro: Caixa Econômica Federal, 2011, p. 15-22
- BELLEN, Hans M. van. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. 4 ed. Editora FGV, 2005
- BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (cood.). **Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB/ Abipti, 2000.

BONITA, R., MAGNUSSON, R., BOVET, P., ZHAO, D., MALTA, D. C., GENEAU, R., SUH, II., THAN KAPPAN, K.R., MCKEE, M., HOSPEDALES, J., COUTEN, M., COPEWELL, R., & BEAGLEHOLE, R. (2013). **Country actions to meet UM commitments on non - communicable diseases: a stepwise approach.** The Lancet , 381

BURALLI, R. J.; CANELAS, T.; CARVALHO, L. M.; DUIM, E.; ITAGYBA, R. F.; FONSECA, M. OLIVER, S. L.; CLEMENTE, N. S. **Moving towards the Sustainable Development Goals: the UNLEASH Innovation Lab experience.** Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 21, p. 1-20,

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). **Manual prático de análise de água.** 3ª ed. rev. - Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2015.

BRASIL, **Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 maio. 2012

CANIELLO, M. (2015). **O papel da extensão rural na construção do mercado institucional da alimentação escolar no Brasil.** *Raizes*, 8-9.

CARMO, W. J. **Indústria e Varejo Estratégias De Competitividade.** APPRIS. (2020).

CARNEIRO, J.P.R. **Impactos do PAA na sustentabilidade dos agricultores familiares no Município de Rio Preto da Eva.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazonia) Universidade Federal do Amazonas, 2019.

CEPEA. (2020). **PIB do Agronegócio Brasil.** São Paulo: CEPEA.

CNJ. (2016). **Manual de Mediação Judicial.** Brasília: CNJ.

CORREIA, H. S. (2018). **The collaborative economy in the context of credit cooperatives.** *Revista de Extensão dos Estudos Rurais*, 232-251.

COSTA, F.S. **A dinâmica dos recursos em Unidades de Conservação e Assentamentos Rurais no Amazonas: uma abordagem fuzzy set.** Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável em Tropicó Úmido) Universidade Federal do Pará, 2014.

COSTA, B. A. (2015). **As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais.** *RESR*, 109-126.

CDS – Commission on Sustainable Development. **Indicators of Sustainable Development.** 2005. Disponível em: <http://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/isdms2001/table4.htm> Acesso em 24 Nov 2021.

DEPONTI, C. M. **O Mercado Institucional da compra de alimentos da agricultura familiar – PAA e PNAE – no território do vale do rio pardo/RS. DRD – Desenvolvimento Regional em debate**, 4-24. 2018.

EMATER. **Conceitos de Mercado**. 2016.

FABRIS, A. J. **Cooperativas da agricultura familiar: o caso das cooperativas do território médio Alto Uruguai e sua contribuição para o desenvolvimento regional**. *Ágora*, 16, 134-155. 2014

FERREIRA, M. A. **Diversificação e Competitividade nas Cooperativas Agropecuárias**. *Revista de Administração Contemporânea*, 33-55. 2004

FMI, I. M. **WORLD ECONOMIC OUTLOOK - Growth Slowdown, Precarious Recovery**. Washington: International Monetary Fund. 2019

FORESTI, J. P. (04 de Julho de 2019). **Cooperativismo: o caminho para o futuro**. (A. Maranhão, Entrevistador)

FORGIARINI, D. I.. Aspectos teóricos do cooperativismo e suas implicações para a gestão de cooperativas. *Revista de Gestão e Organização Cooperativas*, 21-36. 2018

GERHARDT, T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS. 2009

GONÇALVES, C. B. **O Direito fundamental à inclusão socioeconômica dos pequenos agricultores pelas cooperativas de crédito rural**. XVI SEMINARIO INTERNACIONAL. 2019

GREGOLIN, M. R. **Desenvolvimento sustentável: conceito polifônico em constantes disputas e consequentes re-significações**. *C&D-Revista Eletrônica da FAINOR*, 215-235. 2020

GRISA, C. **Revisitando o Pronaf velhos questionamentos, novas interpretações**. *RESR*, 323-346. 2014

IBGE. Acesso em 03 de 07 de 2020, disponível em IBGE: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php#:~:text=O%20PIB%20do%20Brasil%20em,%24%201%20803%2C4%20bilh%C3%B5es>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. 2004**.  
<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default.shtm>. Acesso em 24 Nov. 2021

ICA, W. C. **international-cooperative-alliance**. Acesso em 26 de Fevereiro de 2020, disponível em Aliança Cooperativa Internacional:  
<https://www.ica.coop/en/cooperatives/facts-and-figures>(25 de Outubro de 2019)

IISD- International Institute for Sustainable Development. **Bellagio Principles**. Disponível em: [http:// www.iisd.org/measure/principles/bp.asp](http://www.iisd.org/measure/principles/bp.asp). Acesso 24 Nov. 2021

ITAMARATY. (25 de 02 de 2020). Acesso em 25 de 02 de 2020, disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/>: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>

JOSA, I. O. **Entraves legais e conjunturais para o avanço do cooperativismo agroextrativista no Estado do Amazonas**. *COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional*, 167-179. 2016

JUCEA. **Relatório de Cooperativas do Estado do Amazonas**. Manaus. 2019

LAKATOS. **Metodologia científica**. São paulo: Atlas. 2010

LAUVERS, J; CHIABAI, V; MERLO, S.A.A.S. **Avaliação dos impactos ambientais relacionados a destinação final de efluentes domésticos no distrito de São João do Garrafão, Santa Maria de Jetibá, ES, Brasil**. *Revista Interdisciplinar da Farese*, v.01, n. 02, p. 32-52, 2019.

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. *LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006*. Brasília, DF, Brasil.

LONDERO, P. R. (2018). **Uma análise do desempenho econômico e financeiro das cooperativas agropecuárias**. *REVISTA DE GESTÃO E ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS*, 13-28.

LOPES, B. E. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 482-492. 2014

MAFRA, R.Z; LASMAR, D.J; RIVAS, A.A. **O consumo de remédios caseiros durante a pandemia do Covid 19 e a evidência da bioeconomia**. Nota técnica. v.1 n. 7. Universidade Federal do Amazonas, 2020.

MAPA. (01 de 12 de 2016). *Ministerio da Agricultura*. Acesso em 2020 de Fevereiro de 26, disponível em Ministerio da Agricultura: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/cooperativismo-brasil>

MARSDEN, T., MUNTON, R., & WARD, N. (1992). **Incorporating social trajectories into uneven agrarian development: farm businesses in upland and lowland britain**. *Sociologia ruralis*, 32(4), 408-430.

MARTINEZ, I. B. (2002). **Cooperativas e Revitalização dos espaços rurais**. *Caderno de Ciencia e Tecnologia*, 99-118.

MARTINS, M. M.; PASSADOR, C. Z. **O papel da organização cooperativa no desenvolvimento de uma região: um estudo de caso de uma cooperativa de pequenos produtores de São Paulo**. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, SOBER, 47., 2009, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre, 2009.

MARTÍN, E. G.; GIORDANO, R.; PAGANO, A.; KEUR, P. V. D.; COSTA, M. M. **Using a system thinking approach to assess the contribution of nature based solutions to sustainable development goals**. *Science of the Total Environment*, 738, 2020.

MAT, S. H. (2012). **Does Non-Farm Income Improve The Poverty and Income Inequality Among Agricultural Household In Rural Kedah**. *Procedia Economics and Finance*, 269-275..

MATOS, G. C. (2007). **A prática do puxirum no plantio da roça**. *Processo Civilizador*.

MENEGHETTI, G. A.; SOUZA, S. R. **A agricultura familiar do Amazonas: conceitos, caracterização e desenvolvimento**. *Revista Terceira Margem Amazônia*. v.1 n.5, p. 59-74. 2015

MORRIS, W.. **Farm diversification, entrepreneurship and technology adoption: analysis of upland farmers in wale**. *Journal of rural studies*(53), 132-143. 2017

MUNIZ, C. C. S; SILVA, J. F. da; COSTA, E. K. O; JÚNIOR, A. B. S; SILVA, E. T. D. **Perfil socioeconômico e os benefícios da Cooperativa Mista dos Agricultores entre os rios caeté e Gurupi - Coomar, em Santa Luzia do Pará-Pará**. In: Congresso Internacional das Ciências Agrárias- Cointer – PDVAgro. 2017

MUNIZ, C.C.S et al. **Perfil Socioeconômico e os Benefícios da Cooperativa Mista dos Agricultores entre os rios Caeté e Gurupi Coomar, em Santa Luzia do Pará**. In. Congresso Internacional das Ciências Agrárias Cointer-

PDVAgro, 2017.

NASCIMENTO, C. A. (13 de Junho de 2016). **Economia Solidária e Cooperativismo no Contexto Rural. Economia Solidária e Cooperativismo no Contexto Rural: o trabalho autogestionário da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade N.Sra. Aparecida.** Manaus, Am.

NEVES, M. d. (2019). **As Cooperativas na Redução da Desigualdade de Renda no Meio Rural Brasileiro.** EBPC.

NOBILE, R. (04 de Julho de 2017). **Cooperativas empregam 350 mil pessoas no Brasil.** (E. Mamcasz, Entrevistador)

NBR, ABNT. 7229: **Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos.** Rio de Janeiro: ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1993.

NORONHA, A. V.; TAVARES, A. B.; KUGELMAS, A. L.; MOTTA, D. T. **Cooperativismo.** São Paulo: Cupolo, 1976.

OLIVEIRA, A. (09 de Junho de 2018). **CERRADO EDITORA.** Acesso em 26 de 02 de 2020, disponível em CERRADO EDITORA: cerradoeditora.com.br/cerrado/cooperativismo-listas-das-50-maiores-da-forbes-tem-14-cooperativas/

OLIVEIRA, A.J.C.S. **Cooperativa Verde de Manicoré – Covema: Origem, Formação e Sociogerenciamento.** RELATÓRIO FINAL PIB-H/0065/2010. Universidade Federal do Amazonas.

ONU. Organização das Nações Unidas. Sustainable Development Goals. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/sdgs>. Acesso em: 25 maio 2018.

OMS, Organização Mundial de Saúde. **Relatório da OMS sobre a epidemia global do tabaco.** 2019

OCB. (2019). **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2019.** Brasília: OCB.

OLIVEIRA, A. (09 de Junho de 2018). **CERRADO EDITORA.** Acesso em 26 de 02 de 2020, disponível em CERRADO EDITORA: cerradoeditora.com.br/cerrado/cooperativismo-listas-das-50-maiores-da-forbes-tem-14-cooperativas/

PAULA, M. M. (2014). **Mercados institucionais na agricultura familiar Dificuldades e desafios.** *Revista Política Agrícola*, 33-43.

PEGORINI, L. **COOPERATIVISMO, RENDA E EMPREGO NA AGRICULTURA FAMILIAR EM GOIÁS.** EBPC. 2019.

Pereira, H. d. **A multifuncionalidade da agricultura familiar no amazonas: desafios para a inovação sustentável.** *REVISTA TERCEIRA MARGEM AMAZÔNIA*, 59-74. 2015

PIES, M.P; BAGGIO, D.K; ROMEIRO, M.C. **Participação dos associados: um pilar estratégico de governança do Cooperativismo.** *Revista de Administração IMED.* n 6 v.2 jul./dez. 2016

PEREIRA, F.A.C; CORREIA, M.S.C. **Teoria de médio alcance do autocuidado em doenças crônicas: uma reflexão para a aplicação no contexto de doenças cardiovasculares.** *Research, Society and Development*, v.9, n. 11,

2020.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA. **Projeto Distrito Agroindustrial de Rio Preto da Eva, Amazonas**, 2019. Disponível em : <https://riopretodaeva.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/REVISTA-DARP.pdf>

RABAIOLLI, J.A; CUNHA, A.S; MIORIN, V.M.F. **Propriedades familiares multifuncionais no meio rural nos distritos Arroio Grande e São Valentim – Santa Maria /RS**. Revista Sociedade e Território –Natal. Vol. 29, N. 1, p.102 - 122. Jan./Jun. de 2017

PRODANOV, C. C. **Metodologia do Trabalho Científico**. Em C. C. **PRODDANOV, Metodologia do Trabalho Científico** (p. 51). Nova Hamburgo: FEEVALE. 2013

REIS, G. **O Cooperativismo e o impacto social**. *Pensar UNIMED*, 4. 2018

REIS, T. (31 de Julho de 2018). **Bens de capital**: entenda mais sobre esse importante conceito. São Paulo, São Paulo, Brasik.

Ribeiro, K. Á. **Cooperativismo agropecuário e suas contribuições para o empoderamento dos agricultores familiares no submedio do São Francisco**. *Teoria e Evidencias Economicas*, 77-101. 2013

Robert Chambers, G. C. **Sustainable rural livelihoods: practical concept for the 21st century**. *Institute of Development Studies*, 12. 1992

SANTOS, B. S. **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista**. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

SEDUC. **Relatório Levantamento NAPER-SEDUC 2019**. MANAUS. 2019

Seyferth, G. **Cultura e Identidade Operária: Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora**. Rio de Janeiro: Museu Nacional. 1987

SILVA, E. B.; ALVES, C. S.; SANTOS, P.; CLEMILSON, J. **Diagnóstico Participativo de Saneamento Básico na comunidade rural do Baixo Rio Araguari, Município de Ferreira Gomes-Amapá**, Brasil. *Biota Amazônia (Biote Amazonie, Biota Amazonia, Amazonian Biota)*, v. 6, n. 2, p. 17-23, 2016.

SILVA, T.A; CAETANO, C.P; ROSSÉS; HOHER, R; FONSECA; F.S.T. **Mulheres Gestoras: características na gestão de cooperativas no estado do Rio Grande do Sul**. Revista de Gestão e Organização de Cooperativas, Santa Maria, v. 8, n.16, Jul./Dez., 2021.

SILVA, A.J.H. SILVA, A.H. **Protagonismo das Cooperativas na Promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Reflexões Teóricas e Agenda de Pesquisa**. Revista Desenvolvimento em Questão Editora Unijuí. ISSN 2237-6453, Ano 16 n. 45 out./dez. 2018 Desenvolvimento em Questão Ano 19 n. 54 jan./mar. 2021

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SCHNEIDER, J. O. **O coopeativismo como geador de renda e seu impacto social**. *Jornal Cooperativista*, 71-75. 2010

SCHNEIDER, J. O. **Jornal Cooperativista do Sicoob Amazônia**. 2015.

SCHNEIDER, J. O. **Cooperativismo e desenvolvimento sustentável**. *Otra Economía*, 94-104. 2015.

SLENDAK, M.S; CAMARGO, M.E.B; BURG, M.R. **A importância da vacinação: a opinião dos pais de 0 a 5 anos**. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v.4, n.4, p.18420-18432 jul./aug. 2021

TEIXEIRA, E. C. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. *AATR*. 2012

VEIGA, J. (09 de Março de 2020). *sedecti*. Acesso em 05 de Abril de 2020, disponível em <http://www.sedecti.am.gov.br/>: <http://www.sedecti.am.gov.br/pib-do-amazonas-registra-alta-de-534-em-2019/>

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Bookman. 2005

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010

WIESE, A.F; MILLANÉS, O.A.G; BOVO, M.C. **As cooperativas de Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Local: Um estudo em dois municípios do Paraná**. Revista Perspectivas Contemporâneas, v. 15, n. 3, p. 153-176, set./dez.2020.